

CAPÍTULO 2

A dimensão espacial no pensamento de Murray Bookchin

Murray Bookchin (1921-2006) foi, muito provavelmente, entre os libertários mais proeminentes da segunda metade do século XX, aquele que mais profunda e corajosamente tentou renovar a tradição herdada do anarquismo clássico.¹⁴¹ Por sua heterodoxia em relação a certos “(quase-)dogmas” do anarquismo clássico, assim como por sua disposição em não venerar acriticamente o passado, pagou muitas vezes o preço da incompreensão. Incompreensão que, por sua vez, alimentou nele uma crescente amargura, levando o mais eminente neoanarquista das últimas décadas, em seus últimos anos de vida, a desferir críticas às vezes injustas ou exageradas contra o anarquismo. No outono de sua existência, dos anos 1990 até a sua morte, seu isolamento dentro do ambiente libertário podia ser comparado ao do Kropotkin da velhice, rechaçado após ter apoiado a guerra contra a Alemanha em 1914.

Bookchin foi também, ao lado de alguns intelectuais antiautoritários próximos ou muito próximos ao pensamento libertário, como Michel Foucault, aquele pensador libertário que, na segunda metade do século passado, mais sensibilidade espacial revelou.¹⁴² Aliás, sua tentativa de renovação

¹⁴¹ No caso de Castoriadis – ainda mais radical e inovador que Bookchin em vários aspectos –, jamais se tratou, de seu próprio ponto de vista, de renovar o anarquismo, uma vez que ele, mais do que apenas criticar essa tradição, na verdade a desdenhava. Retornar-se-á a esse assunto no próximo capítulo.

¹⁴² Isso ficará evidente para o leitor ao longo das páginas que se seguem. Por uma questão de oportunidade, todavia, vale a pena registrar já agora que, mesmo em trabalhos menos conhecidos e dedicados a assuntos outros que não a ecologia ou a urbanização, seus grandes temas, Bookchin revelou um admirável senso de “geograficidade”. É o caso do capítulo sintomaticamente intitulado “The Topography of Revolution”, de seu livro *The Spanish Anarchists* (BOOKCHIN, 1998). Nesse breve capítulo, ele estabelece com facilidade

da tradição e essa sensibilidade espacial se acham intimamente conectadas uma com a outra.

Três eixos de referência são centrais para a tarefa de caracterização das achegas de Bookchin para o pensamento libertário, em geral, e para a valorização da dimensão espacial nesse contexto, em particular: o seu enfoque da “*social ecology*”, o seu diagnóstico da “*urbanization without cities*” e a sua proposta político-estratégica de um “*libertarian municipalism*” (o qual, no final da vida, ele procurou caracterizar como sendo parte de um projeto mais geral, por ele denominado “*Communalism*”).

Já nas décadas de 1950 e 1960 Bookchin havia inserido a problemática ambiental típica da segunda metade do século passado em diante, pioneiramente – conquanto tendo em Reclus um ilustre precursor em matéria de análise anarquista das questões ecológicas –, na agenda libertária. Castoriadis e outros intelectuais libertários importantes incorporariam essa temática e a valorizariam em suas reflexões somente bem mais tarde.¹⁴³ O ponto culminante dessa fase é a magnífica coletânea *Post-Scarcity Anarchism*, cuja primeira edição é de 1970 e reúne ensaios escritos nos anos anteriores. O coroamento de seus esforços de reflexão a respeito é simbolizado por outro livro extraordinário, *The Ecology of Freedom*, cuja primeira edição apareceu em 1982, mas que começara a ser escrito mais de dez anos antes (os quatro primeiros capítulos estavam prontos em 1972).

Sua abordagem das relações sociedade ↔ natureza convergiu, nos anos 1970 e 1980, para o enfoque por ele chamado de “*social ecology*”, aproveitando uma expressão cunhada por Erwin Anton Gutkind. Esse enfoque consiste em uma compreensão da natureza não por ela mesma (que poderia ser chamada de “natureza-para-si”, ainda que, do ponto de vista humano, a natureza obviamente só seja concebível mediada pela

de conexões entre a diversidade físico-geográfica da Espanha com a diferenciação espacial em matéria de estrutura agrária, de cultura e de dinâmica de protesto. Além disso, ele nos oferece uma perspicaz reflexão sobre o significado político-cultural do *pueblo*, conforme foi já mencionado no capítulo precedente.

¹⁴³No caso de Castoriadis, podem ser citados, ao lado do debate de que participou em 1980 em Louvain-la-Neuve (Bélgica), ao lado de Daniel Cohn-Bendit, *De l'écologie à l'autonomie* (= *Da ecologia à autonomia: CASTORIADIS e COHN-BENDIT*, 1981), suas seminais reflexões sobre a técnica e a tecnologia (p.ex CASTORIADIS, 1978a). Retornarei a esse assunto no próximo capítulo. No entanto, a temática ecológica permaneceu um tanto periférica em sua obra, em comparação com a de Bookchin.

consciência, sem prejuízo para a sua existência objetiva, e o estudo da natureza sempre seja mediado pela cultura, nunca se tratando, portanto, de uma “natureza-para-si” em sentido absoluto) ou a partir de uma perspectiva “laboratorial” (típica das ciências naturais) ou “naturalística” (predominante entre os ambientalistas, no estilo *deep ecology* ou não), mas, sim, considerada do ângulo de sua percepção e transformação pela sociedade (“natureza-para-a-sociedade”). Assim como, para Reclus, o homem seria “*la nature pregnant conscience d’elle-même*”, para Bookchin a “*social ecology*” buscaria estimular uma reflexão crítica da sociedade sobre a natureza, denotando uma consciência simultaneamente ambiental e crítico-social:

A ecologia social se baseia na convicção de que quase todos os nossos atuais problemas ecológicos se originam de problemas sociais profundos. Segue-se, a partir dessa perspectiva, que estes problemas ecológicos não podem ser entendidos, e muito menos resolvidos sem uma cuidadosa compreensão da nossa sociedade tal como ela existe, bem como das irracionalidades que a dominam. Para tornar este ponto mais concreto: conflitos econômicos, étnicos, culturais e de gênero, entre muitos outros, estão no âmago dos mais sérios problemas ecológicos que enfrentamos hoje – com exceção, é claro, daqueles que são produzidos por catástrofes naturais. (BOOKCHIN, 2007a, p. 19).¹⁴⁴

Do seu ponto de vista, separar os problemas ecológicos dos sociais (“ou mesmo subestimar ou conferir um relacionamento meramente simbólico a esse relacionamento crucial” [“or even to play down or give only token recognition to their crucial relationship”]) seria um deplorável equívoco, “equivalaria a interpretar grosseiramente mal as fontes da crescente crise ambiental” (“[...] would be to grossly misconstrue the sources of the growing environmental crisis”). A mensagem essencial da “*social ecology*” é

¹⁴⁴ Em inglês, no original: “Social ecology is based on the conviction that nearly all our present ecological problems originate in deep-seated social problems. It follows, from this view, that these ecological problems cannot be understood, let alone solved, without a careful understanding of our existing society and the irrationalities that dominate it. To make this point more concrete: economic, ethnic, cultural, and gender conflicts, among many others, lie at the core of the most serious ecological dislocations we face today - apart, to be sure, from those that are produced by natural catastrophes.”

sintetizada na frase seguinte: “[c]om efeito, a forma como os seres humanos lidam uns com os outros enquanto seres sociais é crucial para resolver a crise ecológica (“[i]n effect, the way human beings deal with each other as social beings is crucial to addressing the ecological crisis” [BOOKCHIN, 2007a, p. 20]).¹⁴⁵

Sem embargo, aquilo que se está aqui denominando uma perspectiva da “natureza-para-a-sociedade” não somente enxergava a dinâmica e as contradições do capitalismo como fatores básicos dos problemas ecológicos contemporâneos, como também procurava manter-se infensa a etnocentrismos, como aqueles que atribuem o ímpeto de “apropriar-se” da natureza e “dominar” a natureza a uma espécie de *télos* inevitável e indicativo de progresso humano. Mesmo sem ser um nostálgico (como mostram seus escritos já dos anos 1960, contidos em *Post-Scarcity Anarchism*), Bookchin não hesitou em denunciar a ideia *ocidental e racionalista*, tremendamente potencializada pelo capitalismo industrial, de uma tal “dominação”:

Devemos enfatizar, aqui, que a ideia de dominação da natureza tem a sua fonte primária no domínio do homem pelo homem e na estruturação do mundo natural em uma hierárquica Cadeia dos Seres (uma concepção estática, aliás, que não tem relação com a evolução da vida em formas cada

¹⁴⁵ Optou-se, para Bookchin, manter a forma “sociedade ⇄ natureza”, e não “sociedade ↔ natureza”, a despeito de o seu enfoque não ser mecânico e sim dialético, porque, mesmo considerando o seu senso de imbricação dos problemas sociais com os ecológicos, não se pode dizer que ele tenha lidado com o assunto da maneira requerida pela “lógica dos magmas”. Sua contribuição, por crítica e profunda que seja, não chegou ao ponto de tematizar a questão rompendo com a ontologia e a lógica “conídicás”. Ademais, ainda que seu enfoque tampouco padeça com um certo freio epistemológico advindo de um certo “olhar de naturalista” originário e, também, de todo um contexto histórico, como ocorreu com Reclus, não é difícil encontrar em Bookchin resquícios de pensamento organicista e naturalístico-evolucionista, que coexistem em tensão com sua abordagem dialética da sociedade e da história. Curiosamente, ele chegou mesmo ao ponto de conferir status terminológico-conceitual a essa tensão, ao cunhar a expressão “naturalismo dialético” (BOOKCHIN, 1996; BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 130-131). Esta é decerto uma de suas ideias menos felizes, mas que não deve nos induzir ao equívoco de crer que a sua “ecologia social” represente, no geral, uma espécie de “ecologização” da sociedade. A maior parte do tempo ele estava bem alerta para os perigos de se superestimar o alcance de fatores naturais e modelos fornecidos pela natureza em detrimento da cultura e do que é especificamente social e histórico. Voltarei a esse tema em breve, no corpo do texto.

vez mais avançadas da subjetividade e flexibilidade). (BOOKCHIN, 2007a, p. 38-9).¹⁴⁶

Tendo tido sua formação política e teórica inicial, durante a juventude, no âmbito do marxismo (ver BIEHL, 2015, caps. 1, 2 e 3), ele, mesmo guardando um indelével respeito por Marx (mas não propriamente pela maioria daqueles que se disseram seguidores deste), aderiu, na virada da década de 1950 para a de 1960, a uma visão de mundo libertária – e a maneira como Marx e o marxismo, tipicamente, lidaram com a problemática das relações sociedade ↔ natureza, pesou bastante na decisão de Bookchin de desvincular-se de uma identidade marxista. Seu ensaio “Listen, Marxist!”, escrito em 1969 e incluído em *Post-Scarcity Anarchism* (BOOKCHIN, 2004e), é uma ilustração admirável de suas profundas objeções e ressalvas no que se refere a Marx (cujas limitações ele atribui, em grande parte, mas não exclusivamente, às circunstâncias históricas em que o filósofo alemão viveu¹⁴⁷) e ao marxismo posterior (em face do qual Bookchin é muito me-

¹⁴⁶ Em inglês, no original: “We must emphasize, here, that the idea of dominating nature has its primary source in the domination of human by human and the structuring of the natural world into a hierarchical Chain of Being (a static conception, incidentally, that has no relationship to the evolution of life into increasingly advanced forms of subjectivity and flexibility).” Ver, a propósito, também *The Ecology of Freedom*, onde ele salienta que “[a] noção de que o homem está destinado a dominar a natureza não é de nenhuma maneira uma característica universal da cultura humana” (“[t]he notion that man is destined to dominate nature is by no means a universal feature of human culture” [BOOKCHIN, 2005, p. 109]). Nesse livro ele demonstra, à saciedade, a historicidade bastante circunscrita dessa ideologia, levada ao paroxismo sob os auspícios do modo de produção (ou, mais amplamente, do modelo social) capitalista. Seguramente ele ali desonera, excessivamente, aquilo que ele chama de “sociedades orgânicas” (*organic societies*) – isto é, sociedades tribais que não conhecem uma estrutura de classes ou hierarquias rígidas – de dinâmicas antiecológicas. A História Ambiental tem mostrado, pormenorizadamente, o quanto sociedades pré-capitalistas podem, até mesmo em contextos materialmente pouco sofisticados, afetar com intensidade muito significativa as suas próprias condições ecológicas de sobrevivência. Apesar disso, seria injusto supor que Bookchin edulcora por completo a vida nessas sociedades ou tem por elas incondicional e acrítica simpatia, assim como seria um equívoco esquecer que, ao carregar nas tintas em matéria de denúncia do caráter inerentemente antiecológico do capitalismo (e do marxismo consequente...), ele não está, paralelamente, a propor qualquer “retribalização” da humanidade ou rejeição *in totum* das modernas tecnologias, mas, sim, uma radical reorientação/reorganização da técnica em um sentido simultaneamente liberatório e menos causador de ecoestresse.

¹⁴⁷ Sua discussão do centralismo de Marx (e Engels), de seu estatismo e de sua crença no caráter progressista do capitalismo (visto como pré-condição para o socialismo), é apresentada de modo conciso nas páginas 133-6 de “Listen, Marxist!”.

nos tolerante e compreensivo). Em *The Ecology of Freedom*, sua análise é, sob alguns aspectos, aprofundada, desembocando em uma caracterização de Marx como um pensador surpreendentemente embebido na ideologia capitalista, o que se revelaria não somente pelo enfoque marxiano de uma “apropriação da natureza” (ver, por exemplo, as páginas 316-7) como, igualmente, pelo tratamento desculturalizante conferido a diversas categorias econômicas (como trabalho e mercadoria: consultem-se as páginas 312-4) e, sem dúvida, ainda pela visão de Marx do papel da tecnologia, em geral, e da tecnologia capitalista, em particular (a propósito do que Bookchin já havia, no ensaio “Towards a liberatory technology” [BOOKCHIN, 2004c], estabelecido solidamente um padrão de crítica do marxismo no que tange à fetichização da tecnologia¹⁴⁸).

Se o marxismo era censurado, entre outras razões, por seu comprometimento inconsciente com importantes elementos do imaginário capitalista,

¹⁴⁸ Sobre a técnica e a tecnologia, vale ressaltar, em *The Ecology of Freedom*, as importantes discussões contidas nas páginas 305, 306, 325 e segs., 329, 331-2, 341, 346-7, 348 e 352-5, nas quais não se focaliza diretamente a abordagem de Marx, mas nas quais é quase sempre fácil ler nas entrelinhas a preocupação de construção de uma alternativa ao marxismo. Note-se, ainda, que, sempre avesso a um respeito reverente e acrítico pelo passado e mesmo pelos luminares do anarquismo, Bookchin, apesar de ser um admirador de Kropotkin da ciência e da tecnologia), implicava estabelecer uma ressalva – conquanto suavizada, no entender de Bookchin, pela grande densidade ética explicitamente presente na obra do anarquista russo (BOOKCHIN, 2005, p. 422). Quanto a Marx e o marxismo, as palavras ditas por Bookchin em 1989, durante o célebre debate com o “*deep ecologist*” Dave Foreman, são um resumo de seu pensamento (vide BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 56-7; ênfase de Bookchin): “O que me incomoda aqui é a noção de que a humanidade enfrenta uma ‘alteridade’ hostil contra a qual ela deve opor os seus próprios poderes de labuta e astúcia antes que que ela possa elevar-se acima do ‘reino da necessidade’ e ascender a um novo ‘reino da liberdade’. § É esta visão da natureza que permitiu a Marx escrever com um sentimento de aprovação sobre o capitalismo como uma força progressista na história. [...] § Não estamos falando simplesmente sobre o término de exploração de classe, como a maioria dos marxistas demanda, por importante que isso seja. Estamos falando de eliminar *todas* as formas de hierarquia e dominação, em todas as esferas da vida” (“What disturbs me here is the very notion that humanity confronts a hostile ‘otherness’ against which it must oppose its own powers of toil and guile before it can rise above the ‘realm of necessity’ to a new ‘realm of freedom’. § It is this view of nature that allowed Marx to write approvingly about capitalism as a progressive force in history. [...] § We are not simply talking about ending class exploitation, as most Marxists demand, as importante as that is. We are talking about uprooting *all* forms of hierarchy and domination, in all spheres of life.”)

Bookchin notabilizou-se desde cedo, ao mesmo tempo, por não poupar de críticas uma boa parte do movimento ambientalista, devido à superficialidade e mesmo ao conservadorismo de muitas interpretações. Um dos principais alvos de sua implacável pena foram certas tendências do ambientalismo – em especial a chamada “*deep ecology*” (ver BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 30-32, entre outras páginas) – que, no seu entendimento, se mostravam um tanto tacanhas e até mesmo, muitas vezes, reacionárias, cultivando o costume de atribuir a predação ambiental desenfreada fundamentalmente a “distorções” de ordem cultural ou ética, desconectando-se em grande parte a cultura e a ética da economia e da política e recorrendo-se, como terapia, basicamente a uma pregação moralista e conclamando a uma “renovação espiritual e dos hábitos de vida e consumo”:

De fato, na medida em que os movimentos e ideologias ambientalistas meramente derem lições de moral sobre a maldade da nossa sociedade antiecológica e pedirem mudanças nos estilos de vida e atitudes pessoais, eles obscurecerão a necessidade de ação social concertada e tenderão a desviar a luta por mudanças sociais de grande alcance. (BOOKCHIN, 2007a, p. 43).¹⁴⁹

Não havia dúvida, para ele, de que a exigência de proteção ambiental tinha de ser decididamente inserida em um contexto abrangente de crítica social. Diante das limitações teóricas e históricas do marxismo, isso requeria, da perspectiva de seu elevado grau de exigência e de sua aguda sensibilidade social, um olhar libertário. O que, conforme compreendeu esse ex-operário e ex-sindicalista, pressupunha ir além dos problemas de classe (ou seja, do reducionismo classista) para englobar a problemática geral da *hierarquia* e uma visão profunda e alternativa da *técnica* e das *tecnologias*. O livro *The Ecology of Freedom* possui seu fulcro, justamente, nesses dois focos analíticos, que costuram, por assim dizer, a sua visão da questão ecológica, a um só tempo anticapitalista e não marxista. A seguinte passagem é, entre outras, emblemática:

¹⁴⁹ Em inglês, no original: “Indeed, to the extent that environmental movements and ideologies merely moralize about the wickedness of our anti-ecological society and call for changes in personal lifestyles and attitudes, they obscure the need for concerted social action and tend to deflect the struggle for far-reaching social change.”

Embora sempre consciente da importância de uma nova perspectiva ética, a ecologia social procura corrigir os abusos ecológicos que a sociedade hegemônica tem infligido sobre o mundo natural recorrendo às fontes estruturais bem como às subjetivas de noções como a dominação da primeira natureza. Ou seja, ela desafia todo o sistema da própria dominação – sua economia, seu mau uso da técnica, o seu aparelho administrativo, sua degradação da vida política, sua destruição da cidade como um centro de desenvolvimento cultural; na verdade, toda a panóplia de suas hipocrisias morais e contaminação do espírito humano – e procura eliminar os edifícios hierárquicos e de classe que se impuseram sobre a humanidade e definiram a relação entre as naturezas não humana e humana. (BOOKCHIN, 2007a, p. 46).¹⁵⁰

Não obstante tudo isso, Bookchin talvez tenha enfatizado um tanto em demasia o ponto de vista segundo o qual uma concepção “antropocêntrica” do mundo não deixaria de ser tributária do projeto de “dominação da natureza”. Ao mesmo tempo em que rejeitou e condenou o “biocentrismo” dos *deep ecologists*, por considerá-lo ignorante das causas sociais da crise ecológica e, muito frequentemente, cúmplice das posturas socialmente mais reacionárias (elitistas e racistas), Bookchin acabou, se não por desculturalizar e desistoricizar a compreensão da natureza (perigo do qual conseguiu manter-se, basicamente, a salvo), pelo menos por conceder uma excessiva centralidade à ideia de natureza em detrimento das de sociedade, cultura e história em meio ao que chamou de seu enfoque “naturalístico” (*naturalistic*), chegando mesmo, como já adiantei na nota 145, a propor um problemático “naturalismo dialético” (*dialectical naturalism*) (BOOKCHIN, 1996; BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 130-1). Esse tipo de escorregão ajudou a alimentar diversos mal-entendidos a propósito de

¹⁵⁰ Em inglês, no original: “Although always mindful of the importance of a new ethical outlook, social ecology seeks to redress the ecological abuses that the prevailing society has inflicted on the natural world by going to the structural as well as the subjective sources of notions like the domination of first nature. That is, it challenges the entire system of domination itself – its economy, its misuse of technics, its administrative apparatus, its degradations of political life, its destruction of the city as a center of cultural development, indeed the entire panoply of its moral hypocrisies and defiling of the human spirit – and seeks to eliminate the hierarchical and class edifices that have imposed themselves on humanity and defined the relationship between nonhuman and human nature.”

suas intenções com a “ecologia social”, principalmente por parte de quem não conhece o conjunto de sua obra.

O segundo eixo temático em relação ao qual Bookchin ofereceu uma contribuição importante foi o referente à “urbanização sem cidades” (“*urbanization without cities*”). Para ele, *urbanization* seria algo muito diverso daquilo que denominou “*citification*” (“cidadização”). Para Bookchin, a urbanização contemporânea seria um processo engendrado pelo capitalismo que, na sua essência, comprometeria a beleza das cidades, seria antiecológico, sabotaria a qualidade de vida dos habitantes (pelo gigantismo, pelas dificuldades de transporte, pela poluição ambiental) e, *last but not least*, minaria as energias cívicas, ajudando a comprometer, pela atomização e massificação, o florescimento de uma genuína *citizenship* crítica e vibrante. (Na verdade, como Marx e Engels já sabiam, a urbanização capitalista sempre foi um processo essencial à formação de economias de escala, portanto co-constitutivo do moderno capitalismo, desde o início.) Em contraste, o neologismo “*citification*” corresponderia ao processo de formação de verdadeiras cidades: lugares dotados de uma vida pública intensa, não espaços de alienação e de conversão dos cidadãos em uma massa anônima composta por trabalhadores e consumidores manipuláveis, politicamente resignados e desinteressados pelos assuntos potencialmente de interesse coletivo. De acordo com ele, a urbanização contemporânea nada teria a ver com a formação e o desenvolvimento de cidades enquanto lugares de florescimento do espírito criativo e das liberdades: “o problema da urbanização constitui uma antítese da cidadização” (“[...] the problem of urbanization is antithetical to citification [...]” [BOOKCHIN, 1995a, p. 117]).

Seu uso peculiar do termo “cidade” soa estranho e idiossincrático, mas faz sentido à luz da história, como ele não deixou de repetir, considerando a história urbana, e ressaltando exemplos tão diversos de cidades como a *pólis* grega democrática da Antiguidade, as cidades europeias da Idade Média ou os centros urbanos da Nova Inglaterra dos séculos XVII e XVIII: “[s]e a metrópole moderna é vista contra o pano de fundo mais amplo da história urbana, ela será vista como a negação completa da vida da cidade tal como concebida durante as eras mais civilizadas do passado” (“[i]f the modern metropolis is viewed against the larger background of urban history, it will be seen as the complete negation of city life as it was conceived during the more civilized eras of the past” [BOOKCHIN, 1974, p. 7-8]). Não acidentalmente, segundo ele,

Estamos perdendo lentamente uma concepção humanista do próprio significado da palavra “cidade”. Paradoxalmente, vivemos em um mundo marcado por galopante urbanização – mas que carece de cidades reais. (BOOKCHIN, 1974, p. 8).¹⁵¹

E não somente as cidades, na qualidade de espaços potenciais, por excelência, de cultivo do espírito, de exercício de uma genuína democracia e de acúmulo e transmissão de cultura, se achariam sob ameaça; a urbanização, levados em conta adequadamente todos os seus aspectos profundamente antiecológicos, solaparia também o campo, para muito além daquilo que os marxistas, desde o *Manifesto Comunista*, tradicionalmente consideram como sendo a faceta positiva da urbanização capitalista desde seus primórdios, a saber, a de uma captura ou “colonização” do campo pelas (grandes) cidades, tanto econômica quanto política e culturalmente:

O espaço da cidade, com a sua propinquidade humana, com os seus bairros inconfundíveis e a política em uma escala humana – como o espaço rural, com a sua proximidade com a natureza, o seu elevado sentido de ajuda mútua e suas relações familiares fortes – está sendo absorvido pela urbanização, com seus sufocantes traços tais como anonimato, homogeneização e gigantismo institucional. (BOOKCHIN, 1992, p. 3).¹⁵²

Ou, como ele resumiu de modo marcante: “[a] verdade é que a cidade e o campo se acham hoje sitiados – um sítio que ameaça o próprio lugar da humanidade no ambiente natural” (“[t]he truth is that the city *and* the country are under siege today – a siege that threatens humanity’s very place in the natural environment” [BOOKCHIN, 1992, p. 3; ênfase de Bookchin]).

É preciso ressaltar que nem sempre Bookchin se mostrou tão aberto assim a uma compreensão equilibrada e realista das potencialidades das cidades (inclusive, em certa medida, das grandes) e dos desafios por elas

¹⁵¹ Em inglês, no original: “We are slowly losing a humanistic conception of the very meaning of the word ‘city’. Paradoxically, we live in a world marked by rampant urbanization – but one that lacks real cities.”

¹⁵² Em inglês, no original: “City space with its human propinquity, distinctive neighborhoods, and humanly scaled politics – like rural space, with its closeness to nature, its high sense of mutual aid, and its strong family relationships – is being absorbed by urbanization, with its smothering traits of anonymity, homogenization, and institutional gigantism.”

postos. Conquanto ele tenha, em alguns momentos, expressado um tipo de crença na conveniência de se combinarem as vantagens da vida no campo com a vida na cidade,¹⁵³ não é muito difícil encontrar, em alguns de seus escritos dos anos 1960, passagens claramente “urbanofóbicas”, às vezes demasiadamente sonhadoras e até mesmo delirantes, como esta:

Podemos imaginar os jovens renovando a vida social, assim como eles renovam a espécie humana. Saindo da cidade, eles começam a fundar as comunidades ecológicas nucleares para as quais as pessoas mais velhas se dirigem em números crescentes. [...] A cidade moderna começa a murchar, a contrair-se e a desaparecer, assim como suas antigas progenitoras, milênios antes. (BOOKCHIN, 2004d, p. 105).¹⁵⁴

¹⁵³ BOOKCHIN (2004c, p. 67-8). Ou, então, esta admirável fala, proferida no contexto do já mencionado debate público com Dave Foreman: “[u]m dos nossos principais objetivos deve ser a radical descentralização de nossas áreas urbanas industrializadas, rumo a cidades dimensionadas em uma escala humana e inteligentemente adaptadas às capacidades de suporte das eco-comunidades em que estiverem localizadas. Precisamos transformar o atual padrão de expansão urbana baseada em elevadas densidades de povoamento em federações de cidades muito menores e cercadas por pequenas fazendas que praticam agricultura diversificada e orgânica para abastecer seus arredores, cidades essas ligadas umas às outras por cinturões de árvores, pastagens e prados. Em lugares acidentados ou montanhosos, terrenos com declives acentuados devem ser deixados cobertos por mata para evitar a erosão, conservar a água e servir de apoio para animais selvagens. Além disso, cada cidade deve conter muitas hortas e jardins, parques, córregos e lagoas que permitam a existência de peixes e aves aquáticas. Desta forma, o campo não só constituirá o entorno imediato da cidade, mas também infundirá nela a sua seiva” (“One of our chief goals must be to radically decentralize our industrialized urban areas into humanly-scaled cities and towns artfully tailored to the carrying capacities of the eco-communities in which they are located. We need to transform the current pattern of densely populated urban sprawl into federations of much smaller cities and towns surrounded by small farms that practice diversified, organic agriculture for the local area and are linked to each other by tree belts, pastures and meadows. In rolling, hilly, or mountainous country, land with sharp gradients should be left covered by timber to prevent erosion, conserve water, and support wildlife. Furthermore, each city and town should contain many vegetable and flower gardens, attractive arbors, park land, and streams and ponds which support fish and aquatic birds. In this way, the countryside would not only constitute the immediate environs of the city but would also directly infuse the city” [BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 79]).

¹⁵⁴ Em inglês, no original: “We can envision young people renewing social life just as they renew the human species. Leaving the city, they begin to found the nuclear ecological communities to which older people repair in increasing numbers. [...] The modern city begins to shrivel, to contract and to disappear, as did its ancient progenitors millennia earlier.”

Isso é, em parte, muito curioso, já que ele, em outros aspectos, por exemplo no terreno tecnológico, não era, em absoluto, um romântico ou “passadista”, mas, sim, um adepto da utilização das modernas tecnologias para liberar os homens e mulheres do fardo e dos riscos das tarefas perigosas, insalubres, árduas ou enfadonhas (p.ex. BOOKCHIN, 2004c). Além do mais, ele também chegou a oferecer, em não poucos momentos, na mesma época e às vezes até mesmo nos mesmos trabalhos, comentários e mesmo análises substanciosas que evidenciam uma grande sensibilidade para com as peculiaridades e potencialidades das grandes cidades, como ilustram não somente as alusões ao assunto contidas no ensaio “The forms of freedom” (BOOKCHIN, 2004d, p. 104, 105) mas, principalmente, o livro *The Limits of the City* (BOOKCHIN, 1974) em seu conjunto.

Com o passar do tempo, de toda maneira, é que se revelaria melhor a sua capacidade de compreender com senso crítico e também com generosidade e senso prático a grande cidade e a urbanização contemporâneas em sua real complexidade: o problema da análise da “urbanização sem cidades” à compreensão dos desafios envolvidos na construção de uma cidadania radical em meio às grandes cidades do mundo moderno. Sem, contudo, deixar, certamente, de perceber os custos e problemas ecológicos associados às grandes metrópoles, defendendo, por isso, a desconcentração e a descentralização (ver BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 100-1). Aliás, olhando para a tradição anarquista, ele fez, em um de seus últimos escritos, uma crítica (um tanto injusta pelo tom generalizante, mas correta no atacado) não somente ao individualismo de boa parte dessa tradição (sobretudo se tivermos em mente o contexto político-cultural dos EUA), mas também àquilo que deve ser visto como a “urbanofobia” ou o “agrarismo passadista” de grande parte dos anarquistas clássicos (mas que também se aplicaria um pouquinho a certos trabalhos seus dos anos 1960...):

[A]narquismo – que, acredito, representa em sua forma autêntica uma perspectiva altamente individualista que promove um estilo de vida radicalmente sem restrições, muitas vezes como um substituto para a ação de massas – é muito mais adequado para articular um mundo formado por camponeses e artesãos em estilo proudhoniano e lares unifamiliares que

um moderno ambiente urbano e industrial. [...] (BOOKCHIN, 2007c, p. 90).¹⁵⁵

Representativa de seu apreço pelo meio urbano como *locus* privilegiado de mobilização e de emergência de questões e agendas é esta sua frase lapidar, publicada originalmente em 1980: “Nos Estados Unidos, as fábricas estão virtualmente mudas, enquanto que as cidades, particularmente os guetos e os subúrbios, não estão” (BOOKCHIN, 2010d, p. 38).

Entretanto, como já se viu, mesmo evoluindo para posições cada vez mais nitidamente não “urbanofóbicas”, Bookchin não abriu mão de uma crítica daquilo que qualificou como uma crescente “urbanização sem cidades” (isto é, conforme já visto, com uma civilidade declinante e com uma cidadania restringida, atrofiada). É nesse contexto que ele prosseguirá explorando, como, aliás, já fazia desde a década de 1960, e revelando uma sensibilidade sociopolítico-espacial apurada, o valor de experiências como os *town meetings* da Nova Inglaterra e a antiga democracia direta ateniense, tomados, entre outras (geralmente também tipicamente urbanas, como as “seções” da Paris revolucionária durante a “Grande Revolução”, a Comuna de Paris de 1871, os soviets etc.), como fontes de inspiração.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Em inglês, no original: “[A]narchism – which, I believe, represents in its authentic form a highly individualistic outlook that fosters a radically unfettered lifestyle, often as a substitute for mass action – is far better suited to articulate a Proudhonian single-family peasant and craft world than a modern urban and industrial environment.”

¹⁵⁶ Ele tinha uma especial predileção pela experiência ateniense, pela dos *town meetings* da Nova Inglaterra nos séculos XVII e XVIII e pelas “seções” parisienses durante a Grande Revolução, por razões que ele expôs em diversos trabalhos (ver p.ex. BOOKCHIN, 1995a; 2004d). Quanto ao caso ateniense, a seguinte passagem é representativa: “[A] *pólis* ateniense, apesar de todas as suas muitas falhas, oferece-nos um exemplo notável de como um elevado sentido de cidadania pode ser reforçado não só pela educação sistemática, mas também por uma etiqueta de comportamento cívico e uma cultura artística que adornam ideais de serviço cívico com as realidades da prática cívica. Deferência para com os oponentes em debates, o uso da linguagem para se chegar a um consenso, a discussão pública em curso na ágora em que era esperado que até mesmo as mais proeminentes figuras da *pólis* debatesses questões públicas com os menos bem informados, o uso da riqueza não só para atender necessidades pessoais, mas para adornar a própria *pólis* (colocando assim uma elevada recompensa sobre a desacumulação ao invés de premiar a acumulação de riqueza), uma multidão de festivais públicos, dramas e sátiras em grande parte centrados em assuntos públicos e a necessidade de fomentar a solidariedade cívica – todos estes e muitos outros aspectos da cultura política de Atenas criaram a solidariedade e a responsabilidade cívicas que geraram cidadãos ativamente envolvidos, imbuídos de um profundo

Vale a pena, agora, cotejar brevemente as principais ideias de Bookchin com as do filósofo neomarxista Henri Lefebvre, autor que compartilhou com o neoanarquista estadunidense preocupações comuns, mas cuja abordagem mostra significativas diferenças e cujo impacto na Sociologia, na Geografia e na discussão em torno do planejamento e da gestão das cidades foi bastante diverso daquele exercido por Bookchin.

Lefebvre, após sofrer, no início dos anos 1970, uma forte rejeição inicial mesmo entre marxistas heterodoxos (devido à sua crescente objeção ao classismo estrito e à sua abertura para com os novos movimentos sociais, ou mesmo em função de sua abertura para com o tema da autogestão – tópicos em relação aos quais Bookchin, diga-se de passagem, foi mais fundo que ele [cf. BOOKCHIN, 2004d, 2004e] –, bem como por sua ênfase nada ortodoxa no papel do espaço social [cf. LEFEBVRE, 1981 e 1983]), acabou por se tornar a principal referência filosófica imediata do *radical turn* experimentado pela Sociologia e pela Geografia, que, iniciando-se no princípio da década de 1970 nos EUA, na Inglaterra e na França, prolongou-se pelos anos 1980 adentro. Mesmo hoje em dia, quadra da história em que o prestígio da Sociologia e da Geografia críticas de corte (neo)marxista se mostra sensivelmente declinante, Lefebvre, não obstante isso, não apenas não foi esquecido como, em muitos países, permanece animando, às vezes por vias transversas (ou seja, sem ser cuidadosamente lido ou propriamente seguido), o debate em torno do “direito à cidade”, título de seu mais conhecido livro (LEFEBVRE, 1991).

É necessário, porém, apontar o traço de *conservadorismo* que Lefebvre encarnou em alguns sentidos (precisamente naqueles relativamente aos

sentido de missão cívica” (“[t]he Athenian *polis*, for all its many shortcomings, offers us a remarkable example of how a high sense of citizenship can be reinforced not only by systematic education but by an etiquette of civic behavior and an artistic culture that adorns ideals of civic service with the realities of civic practice. Deference to opponents in debates, the use of language to achieve consensus, ongoing public discussion in the *agora* in which even the most prominent of the *polis*'s figures were expected to debate public issues with the least known, the use of wealth not only to meet personal needs but to adorn the *polis* itself (thus placing a high premium on the disaccumulation rather than the accumulation of wealth), a multitude of public festivals, dramas, and satires largely centered on civic affairs and the need to foster civic solidarity – all of these and many other aspects of Athens's political culture created the civic solidarity and responsibility that made for actively involved citizens with a deep sense of civic mission” [BOOKCHIN, 1995a, p. 232; a mesma passagem se acha, praticamente inalterada, em BOOKCHIN, 2002b]).

quais suas contribuições estiveram aquém até mesmo das de outros neo-marxistas, como E. P. Thompson). Em *O direito à cidade*, por exemplo, ele é claro: o proletariado é, por um lado, a única classe capaz de fazer a revolução; por outro lado, imerso na alienação (imerso na “quotidianidade”, por ele grandemente reduzida à carga negativa do “consumo dirigido”), esse mesmo proletariado não teria “espontaneamente o sentido da obra” (e, portanto, da verdadeira criação do novo, da verdadeira emergência histórica), mas somente do “produto”. A tradição filosófica (e artística), essa sim, seria a depositária de tal sentido (cf. LEFEBVRE, 1991, p. 144). Em outras palavras, o proletariado não perceberia a “totalidade”, e portanto teria dificuldades em compreender (leia-se: sozinho) que o seu “ser” o predestinaria a uma “tarefa histórica”. Esse “sentido (da obra)”, ele o receberia de fora: a saber, da “Filosofia”. Eis uma maneira elegante e intelectualizada de dizer o mesmo que Lenin: ou o proletariado se deixa guiar pela intelectualidade marxista (ela, sim, detentora de um sentido de “totalidade”), que atuará como sua ideóloga e tutora, ou o proletariado chegará, no máximo, ao reformismo. A este tipo de interpretação conservadora se aplica perfeitamente a objeção de Castoriadis contida, entre outros lugares, no longo e denso ensaio “A questão da história do movimento operário” (CASTORIADIS, 1985a), que submete a implacável escrutínio crítico o papel histórico do marxismo, assim como se aplica, igualmente, muito daquilo que Bookchin, já em fins dos anos 1960, escrevera em “Listen, Marxist!” (BOOKCHIN, 2004e).

De um ponto de vista libertário, o que exaspera, em Lefebvre, não deve ser aquilo com que ele mesmo exasperou outros marxistas, como a sua insistência sobre o papel crucial da espacialidade (muito embora certas coisas pareçam um tanto forçadas e imprecisas, como a sua definição do proletariado não mais pela posição que ele, como classe, ocupa na esfera da produção, mas, sim, doravante, pelas suas condições de moradia e seu *habitat* segregado [LEFEBVRE, 1983]). O que deve incomodar um libertário é, acima de tudo, aquilo que não parece molestar a consciência dos marxistas, e que provavelmente ajuda a explicar a cegueira acrítica diante de um tão incensado e festejado filósofo: a dimensão *heterônoma* e *racionalista* (primado da Razão especulativa, que se impõe à realidade do *fazer[-se]* da classe trabalhadora e, com isso, circunscreve, empobrece e esvazia a práxis) do pensamento desse notável intelectual francês, o qual, com relação a essa questão decisiva, recolhe e atualiza não o melhor de Marx, mas, sim,

o seu pior, o que o torna próximo de um leninismo do qual ele, pode-se notar, não soube ou não desejou se desvencilhar inteiramente. Por isso é que, mesmo tendo falado em *autogestão generalizada* (LEFEBVRE, 1991, p. 145 e 1983:155) e oferecido essa deliciosa expressão que é *utopia experimental* (LEFEBVRE, 1991, p. 108), Lefebvre não foi inteiramente coerente, pois não apostou plenamente na horizontalidade, restringindo o alcance da práxis enquanto *autoinstituição* consciente. O leninismo permaneceu sendo a sua sombra, e sua exigência de “autogestão generalizada” deve ser vista como indissociável dos elementos verticais/hierárquicos/autoritários (em uma palavra, heterônomos) de seu pensamento¹⁵⁷ – e, estrategicamente, no frigar dos ovos, subordinada a eles –, o que cria um *imbroglio* impossível de desfazer por dentro. É preciso *ultrapassá-lo*, sem negar aquilo que de positivo um pensamento tão complexo e rico nos lega como herança.

Por isso e à luz disso, por conseguinte, mesmo tendo Lefebvre apresentado a virtude de, ainda que sendo marxista, ter-se debruçado sobre o assunto da autogestão, certos limites específicos de suas reflexões sobre o tema se tornam perfeitamente inteligíveis: seu silêncio sobre os aportes, a esse respeito, dos anarquistas clássicos (ele mencionou Proudhon, criticamente e com razão, mas parou por aí) e do grupo *Socialisme ou Barbarie* (cf. LEFEBVRE, 2009); sua ausência de diálogo com Anton Pannekoek, marxista heterodoxo radical muito crítico do bolchevismo, a qual contrasta com sua complacência para com Lenin (em *A revolução urbana*), apesar de repudiar o stalinismo (mas, não nos esqueçamos: ele só foi suspenso do Partido Comunista Francês em 1958¹⁵⁸); e a isso se acrescenta o fato de ele não ter sido suficientemente crítico da experiência iugoslava (cf. LEFEBVRE, 2009).

Enquanto isso, Bookchin, muito provavelmente por ser (neo)anarquista, logo não contando com o patrocínio de uma maré montante acadêmica (neo)marxista, permaneceu pouquíssimo conhecido entre os sociólogos e

¹⁵⁷ Sua obra se acha salpicada de comentários de sabor hierárquico, exemplificada pela referência à “classe operária e seus mandatários políticos”, aos quais caberia instaurar o socialismo (LEFEBVRE, 1991, p. 143).

¹⁵⁸ O que significa que, tendo nascido em 1901 e se filiado ao PCF em 1928, ele permaneceu por três décadas ligado a um partido (cripto-)stalinista. Aquilo que, de Lefebvre, tem sido incensado e festejado, é, quase sem exceção, a sua obra tardia, representada principalmente pelos livros publicados por ele em 1968 (*Le Droit à la ville* e *La vie quotidienne dans le monde moderne*) e depois (entre outros, *La révolution urbaine*, de 1970, e *La production de l'espace*, de 1974).

geógrafos críticos ocupados com problemas urbanos. Uma pena. Mais: um desperdício e uma injustiça. Em que pese uma certa implicância para com Lefebvre – não completamente justificada ou inteiramente justificável, a qual o levou a acusar o filósofo francês de abusar da palavra *espaço*,¹⁵⁹ talvez por irritação e uma certa má-vontade com o abstrato e às vezes hermético estilo lefebvriano –, Bookchin soube, sim, valorizar bastante o espaço, entendendo-o, à semelhança de Lefebvre (mas sem a mesma intensidade ou insistência teórica), como produto e condicionador das relações sociais. Já a propósito do papel histórico das cidades havia Bookchin demonstrado um notável senso de “geograficidade”, como fica patente ao examinar-se *The Limits of the City* (BOOKCHIN, 1974; ver, especialmente, os capítulos “Land and city” e “The rise of the bourgeois city”), *From Urbanization to Cities* (BOOKCHIN, 1995a) e, mesmo, *The Ecology of Freedom* (BOOKCHIN, 2005, p. 160, 167). A seguinte passagem é representativa de seu estilo de argumentação:

Em suma, a cidade foi a arena histórica em que – e como um resultado da qual – afinidades biológicas foram transformadas em afinidades sociais. Ela constituiu o fator mais importante que mudou um agrupamento étnico em um corpo de cidadãos seculares, e uma tribo paroquial em uma *civitas* universal, onde, com o tempo, o “estrangeiro” ou “forasteiro” poderia se tornar um membro da comunidade, sem ter de satisfazer qualquer exigência de apresentar laços de sangue reais ou míticos com um ancestral comum. (BOOKCHIN, 1995a, p. 7).¹⁶⁰

Assim como Lefebvre, Bookchin soube ressaltar, a despeito de algumas tiradas de sabor “urbanofóbico” nos anos 1960, o papel fundamental das

¹⁵⁹ “[O] termo geométrico espaço se torna uma categoria quase mística para se referir a relações sociais, econômicas e culturais [...]” (“the geometric word *space* becomes a quasi-mystical category for social, economic, and cultural relationships [...] [BOOKCHIN, 1995a, p. 6]).

¹⁶⁰ Em inglês, no original: “In short, the city was the historic arena in which – and as a result of which – biological affinities were transformed into social affinities. It constituted the single most important factor that changed an ethnic folk into a body of secular citizens, and a parochial tribe into a universal *civitas*, where, in time, the ‘stranger’ or ‘outsider’ could become a member of the community without having to satisfy any requirement of real or mythic blood ties to a common ancestor.”

idades no desenvolvimento do espírito humano: “É certamente verdade que o desfrute da individualidade e do intelecto era um privilégio histórico do morador urbano ou de indivíduos influenciados pela vida urbana” (“[...] it is certainly true that the fulfillment of individuality and intellect was the historic privilege of the urban dweller or of individuals influenced by urban life” [BOOKCHIN, 1974, p. 1]); “[a]penas em um ambiente urbano complexo pode haver pessoas completas; apenas em uma situação urbana racional pode o espírito humano ver avançarem suas tradições culturais e sociais mais vitais” (“[o]nly in a complete urban environment can there be complete people; only in a rational urban situation can the human spirit advance its most vital cultural and social traditions” [BOOKCHIN, 1974, p. 2]). Diferentemente de Lefebvre, contudo, ele reservava à expressão “urbanização”, como já se viu, um conteúdo negativo, muito embora partilhasse com o filósofo francês um juízo bastante desfavorável sobre as “cidades” geradas e deformadas pela urbanização capitalista: “[d]ada sua forma grotescamente distorcida, é questionável se a cidade permanece sendo a arena adequada para o desenvolvimento social e cultural” (“[g]iven its grotesquely distorted form, it is questionable whether the city is any longer the proper arena for social and cultural development” [BOOKCHIN, 1974, p. 3]). A cidade seria, a seu ver, “[...] uma bolha disforme, um caos de estruturas, ruas e praças se lhe faltarem as instituições e formas adequadas para o desenvolvimento de uma cidadania ativa” (“[...] a shapeless blob, a chaos of structures, streets, and squares if it lacked the institutions and forms appropriate to the development of an active citizenry” [BOOKCHIN, 1992, p. 55]). E exatamente tais instituições e formas é que estariam ausentes da grande urbe contemporânea. Daí a sua insistência em estudar, conjuntamente, a formação/transformação das cidades e a formação/transformação da política e da cidadania democrática, investigando as influências recíprocas, para o bem e para o mal (de acordo com as circunstâncias históricas), da cidade e da sociedade que a produz e constitui. Daí, também, a sua lamentação, em larguíssima medida justificada, de que “[...] a nossa literatura urbana geralmente negligencia a relação entre a cidade e o notável fenômeno da cidadania que aquela produz” (“[...] our urban literature generally neglects the relationship between the city and the remarkable phenomenon of citizenship it produces” [BOOKCHIN, 1992, p. 54]).

Felizmente, sua crítica da urbanização capitalista, no frígido dos ovos, não o levou a investir em posições “urbanofóbicas”, embebidas em agra-

rismo passadista e “ruralofilia” nostálgica, mas, isso sim, na base de um grande realismo, a buscar recuperar o verdadeiro sentido da cidade, de um ângulo radicalmente democrático e humanístico:

Seja lá como for, a cidade está aqui para ficar. Na verdade, ela tem sido uma parte crucial da história humana e um fator na modelagem da mente humana por cerca de sete mil anos. Podemos nos dar ao luxo de ignorar isso? Devemos aceitá-la como ela é – como uma entidade que enfrenta obliteração por uma urbanização que se alastra e que ameaça também a zona rural? Ou podemos dar à cidade um novo significado, uma nova política, um novo sentido de direção – e, também, proporcionar novos ideais de cidadania, muitos dos quais foram de fato alcançados, em grande medida, no passado? Ao ignorar a cidade e cidadania, fazemos isso correndo o perigo de ficarmos isolados da grande massa da humanidade que está ameaçada pelo anonimato e pela impotência política criados pela urbanização. (BOOKCHIN, 1992, p. 11).¹⁶¹

Em Bookchin, o interesse pelos problemas urbanos esteve, desde muito cedo, entrelaçado com preocupações de ordem ecológica – o que torna, aliás, a sua crítica da urbanização capitalista e a sua denúncia das “anticiudades” contemporâneas mais completa, sob esse aspecto, que a de Lefebvre.¹⁶² Isso, que já é evidente em seu pequeno mas importante livro de 1974, *The Limits of the City* (composto por ensaios organicamente integrados, alguns deles cuja primeira versão havia sido escrita em fins dos anos 1950 e

¹⁶¹ Em inglês, no original: “In any case, the city is here to stay. Indeed, it has been a crucial part of human history and a factor in the making of the human mind for some seven thousand years. Can we afford to ignore it? Must we accept it as it is – as an entity that faces obliteration by a sprawling urbanization that threatens the countryside as well? Or can we give the city a new meaning, a new politics, a new sense of direction – and, also, provide new ideals of citizenship, many of which were in fact attained in great part during past times? By ignoring the city and citizenship, we do so at the peril of becoming isolated from the great mass of humanity which is threatened by the anonymity and powerless created by urbanization.”

¹⁶² E, ao mesmo tempo, mais completa que a de “ecologistas críticos” como Jean-Pierre Dupuy (1980), em relação aos quais Bookchin se situa, por isso, em um patamar mais elevado. Dupuy e outros, ao oferecerem reflexões inteligentes e pertinentes sobre as “disfuncionalidades” e “contraprodutividades” ecológicas das grandes cidades e metrópoles contemporâneas, falham em não salientar na justa medida o reverso da medalha, enfatizado até em demasia por Lefebvre: a importância histórica, real e potencial, das cidades, inclusive e especialmente das grandes.

publicada em 1960, como ele explica no prefácio), fica ainda mais patente em seu livro *Urbanization without Cities* (publicado em 1992, e que seria revisto e republicado em 1995 sob o título *From Urbanization to Cities*). O prefácio deste último assim principia:

A cidade, no seu melhor, é uma eco-comunidade. Ignorar esse fato incontornável é ignorar a destruição que ela enfrenta por um dos fenômenos mais graves da era moderna, a urbanização maciça que está varrendo-a em conjunto com tantas feições naturais do nosso planeta. A urbanização não é apenas um fato social e cultural de proporções históricas; ela é igualmente um tremendo fato ecológico. (BOOKCHIN, 1992, p. 9).¹⁶³

À semelhança de Lefebvre, mas empregando um quadro terminológico e conceitual distinto, Bookchin denunciou, portanto, as mazelas da urbanização capitalista e do capitalismo em geral, ao mesmo tempo em que salientou a importância histórica das cidades como espaços de florescimento da cultura, da política e da cidadania em um sentido crítico-radical. Considerando-se que um expressivo quinhão de suas objeções ao planejamento urbano conservador e convencional, de sua recuperação analítica da história das cidades e da cidadania crítica e de sua discussão da dimensão ecológica das cidades já está contido em *The Limits of the City*, é notável, por conseguinte, que várias preocupações que ele partilhou com Lefebvre tenham sido externadas na mesma época em que o filósofo francês também o fez – e em parte até mesmo antes.

Em *Defending the Earth* (BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 79), Bookchin resumiu, conforme já vimos na nota 153, de maneira marcante seu enfoque a respeito da necessidade de uma ambiciosa reestruturação sócio-espacial: “[u]m dos nossos principais objetivos deve ser a radical descentralização de nossas áreas urbanas industrializadas, rumo a cidades dimensionadas em uma escala humana e inteligentemente adaptadas às capacidades de suporte das eco-comunidades em que estiverem localizadas”. Contudo, longe de

¹⁶³ Em inglês, no original: “The city at its best is an eco-community. To ignore this compelling fact is to ignore the destruction it faces by one of the most serious phenomena of the modern era, the massive urbanization that is sweeping it away together with so many natural features of our planet. Urbanization is not only a social and cultural fact of historic proportions; it is a tremendous ecological fact as well.”

advogar uma “urbanofobia” vulgar, ele simplesmente sublinhou, de um modo equilibrado, que “[p]recisamos transformar o atual padrão de expansão urbana baseada em elevadas densidades de povoamento em federações de cidades muito menores e cercadas por pequenas fazendas que praticam agricultura diversificada e orgânico para abastecer seus arredores”.

Um tal equilíbrio não era algo propriamente novo em matéria de pensamento libertário quando Bookchin formulou suas ideias, conquanto a “urbanofobia”, é forçoso admitir, fosse algo algo mais corrente entre os anarquistas clássicos do que se gostaria talvez de supor. O fato é que já no século XIX e no início do século XX existiram libertários que, muito diferentemente da postura “urbanofóbica” bastante difundida entre os anarquistas, demonstraram uma sensibilidade e um senso de ponderação muito grandes no que tange à discussão dos problemas urbanos e das vantagens e desvantagens das grandes cidades em relação ao campo e à vida rural – é o caso, como se viu neste livro, de Élisée Reclus (assim como do escocês Patrick Geddes, amigo de Reclus). Com Bookchin, no entanto, a problemática urbana da segunda metade do século XX, com a concomitância de uma urbanização acelerada e um não menos célere declínio do espaço público em sentido forte (“*decline of citizenship*”, como consta já do subtítulo da primeira edição de seu livro *Urbanization without Cities* [BOOKCHIN, 1992]), recebeu uma atenção especial, dando inclusive ensejo ao desenvolvimento, por ele, de uma proposta político-estratégica profundamente identificada com as peculiaridades do mundo urbano contemporâneo, o “*libertarian municipalism*”. Tanto mais lamentável é, assim, o esquecimento ou o desconhecimento da obra de Bookchin pelos geógrafos e sociólogos urbanos críticos que despontaram dos anos 1970 em diante.

O “municipalismo libertário” foi, com toda a certeza, a contribuição mais polêmica de Bookchin. Em que consiste essa proposta? Ela consiste, em primeiro lugar, no claro reconhecimento da importância político-pedagógica da escala local, incluídas aí, com destaque, as possibilidades e formas de organização atinentes ao ambiente das grandes cidades da atualidade. (No entanto, como será visto mais adiante, em Bookchin essa valorização da escala local nada tinha a ver com um localismo paroquial.) Aí se notam claramente o seu tino político e a sua sensibilidade espacial, juntos. Porém, o “municipalismo libertário” vai além, ao incorporar uma valorização da luta institucional sem precedentes na história do anarquismo. Essa valorização possui premissas conceituais, referentes a conceitos como

poder, governo e lei, que, por si sós, já desafiavam a ortodoxia e a tradição (relembre-se, a esse propósito, o que foi dito no capítulo precedente). Diversamente dos anarquistas clássicos, que, como foi visto neste livro, eram useiros e vezeiros em transformar a palavra “poder” em sinônimo de algo ruim, ou mesmo terrível, Bookchin não reduzia o poder ao *poder heterônimo*. Note-se, por exemplo, que, entre suas críticas a Foucault (nem sempre justas...), estava precisamente o fato de este último atribuir uma conotação reducionista e pejorativa à palavra em questão:

O problema de lidar com o crescente poder dos Estados-nação e da centralização das empresas, da propriedade, da produção etc. é precisamente uma questão de poder – isto é, quem terá ou a quem deve ser negado qualquer poder. Michel Foucault não fez nenhum serviço à nossa época ao converter o poder em um mal enquanto tal. (BOOKCHIN, 1995a, p. 228-9).¹⁶⁴

E, a exemplo de Castoriadis, ele mostrou que igualmente os anarquistas clássicos já incorriam nesse erro, assim como no equívoco de sempre vincular, reducionista e pejorativamente, o significado das palavras “governo” e “lei” ao Estado:

[...] [O]s anarquistas têm considerado por muito tempo cada *governo* como um *Estado* e o condenado de modo correspondente – uma visão que é uma receita para a eliminação de *toda e qualquer* vida social organizada. Enquanto o *Estado* é o instrumento pelo qual uma classe *opressora e exploradora* regula e coercitivamente controla o comportamento de uma classe explorada por uma classe dominante, um *governo* – ou, melhor ainda, um agrupamento politicamente organizado – é um conjunto de instituições destinadas a lidar com os problemas de vida consociacional de uma forma ordenada e, assim se espera, justa. Cada associação institucionalizada que constitui um sistema para lidar com os assuntos públicos – com ou sem

¹⁶⁴ Em inglês, no original: “The problem with dealing with the growing power of nation-states and of centralized corporations, property ownership, production, and the like is *precisely a question of power* – that is to say, who shall have or who shall be denied any power at all. Michel Foucault has done our age no service by making power an evil as such”. Bookchin voltou à carga contra Foucault em seu ensaio sobre o “*lifestyle anarchism*” (em contraposição ao “*social anarchism*”), criticando tanto o “revoltismo” foucauldiano quanto a implícita redução da ideia de poder (cf. BOOKCHIN, 1995b, p. 10, 27).

a presença de um Estado – é *necessariamente* um governo. Em contraste com isso, cada Estado, embora necessariamente seja uma forma de governo, é uma força para a repressão e o controle de classe. Irritante como isso deve parecer tanto para marxistas quanto para anarquistas, o clamor por uma *constituição*, por um governo responsável e responsivo, e até mesmo por uma *lei* ou *nómos*, foi claramente articulada – e compelido a ser plasmado em forma impressa! – pelos oprimidos, ao longo dos séculos, contra o domínio caprichosamente exercido por reis, nobres e burocratas. A oposição libertária à lei, para não falar do governo enquanto tal, tem sido tão tola como a imagem de uma serpente que engole sua cauda. O que resta, no final, é nada mais que uma pós-imagem imagem da retina que não tem realidade existencial. (BOOKCHIN, 2007c, p. 95).¹⁶⁵

Já relativamente cedo, Murray Bookchin se havia mostrado preocupado com o tradicionalismo passadista de muitos anarquistas. Logo no início de uma conferência proferida em 1980, anunciou ele sua intenção com aquela fala: “[m]inhas observações destinam-se a enfatizar a extrema importância de ver o anarquismo em termos dos cambiantes contextos sociais de nossa época – não como uma doutrina ossificada que pertence a um ou outro conjunto de pensadores europeus, valioso como seus pontos de vista possam ter sido em seus vários tempos e lugares” (BOOKCHIN, 2010a).¹⁶⁶ E, no mesmo diapasão, assim prosseguiu:

¹⁶⁵ Em inglês, no original: “[...] [A]narchists have long regarded every government as a state and condemned it accordingly – a view that is a recipe for the elimination of any organized social life whatever. While the state is the instrument by which an *oppressive* and *exploitative* class regulates and coercively controls the behavior of an exploited class by a ruling class, a government – or better still, a *polity* – is an ensemble of institutions designed to deal with the problems of consociational life in an orderly and hopefully fair manner. Every institutionalized association that constitutes a system for handling public affairs – with or without the presence of a state – is *necessarily* a government. By contrast, every state, although necessarily a form of government, is a force for class repression and control. Annoying as it must seem to Marxists and anarchist alike, the cry for a *constitution*, for a responsible and a responsive government, and even for *law* or *nomos* has been clearly articulated – and committed to print! – by the oppressed for centuries against the capricious rule exercised by monarchs, nobles, and bureaucrats. The libertarian opposition to law, not to speak of government as such, has been as silly as the image of a snake swallowing its tail. What remains in the end is nothing but a retinal afterimage that has no existential reality.”

¹⁶⁶ Em inglês, no original: “[m]y remarks are intended to emphasize the extreme importance today of viewing Anarchism in terms of the changing social contexts of our era – not

Hoje, mais do que nunca, a viabilidade do anarquismo na América dependerá de sua capacidade de falar diretamente – na língua do povo americano e a propósito dos problemas de vida do povo americano – ao invés de ressuscitar ideias, expressões, palavras de ordem e um vernáculo desgastado que pertencem a épocas passadas. Isto não é para negar o espírito internacionalista do anarquismo e sua continuidade histórica, mas sim para salientar a necessidade de se solidarizar com as tradições e conceitos libertários que são claramente relevantes para povos dominados nas áreas – concebidas em termos de lugar, tempo e formas – em que os movimentos libertários funcionam. (BOOKCHIN, 2010a).¹⁶⁷

A polêmica toda, ao menos entre os libertários, reside no fato de que, certamente embebida em muita lucidez e muito senso prático, a proposta de Bookchin contém igualmente aspectos desconcertantemente arrojados, que a muitos se afiguraram, por seu ineditismo, temerários. O pomo da discórdia foi a ousadia de Bookchin no que concerne à luta institucional, ao propor que eleições municipais e certas instituições ou canais estatais (em escala local) pudessem ser utilizadas para ajudar a criar condições que colaborassem com a tarefa de criação das assembleias populares. Como ele não cessou de repetir, porém, não se trataria, em absoluto, de “tomar o Estado”, mas sim de usar a margem de manobra eventualmente propiciada pela luta institucional para legislar e organizar, facilitando a construção da almejada dualidade de poder:

[...] [c]omunalistas tentam construir organizações e instituições duradouras que possam desempenhar um papel socialmente transformador no mundo real. Notavelmente, comunalistas não hesitam em apresentar

as an ossified doctrine that belongs to one or another set of European thinkers, valuable as their views may have been in their various times and places.”

¹⁶⁷ Em inglês, no original: “Today, more than ever, the viability of Anarchism in America will depend upon its ability to speak directly – in the language of the American people and to living problems of the American people – rather than to resurrect ideas, expressions, slogans and a weary vernacular that belong to eras past. This is not to deny the internationalist spirit of Anarchism or its historical continuity, but rather to stress the need to solidarize with libertarian traditions and concepts that are clearly relevant to dominated peoples in the areas – conceived in terms of place, time, and forms – in which libertarian movements function.”

candidatos nas eleições municipais que, se eleitos, iriam usar o real poder associado às suas funções para legislar de modo a fomentar assembleias populares. Essas assembleias, por sua vez, teriam o poder, em última análise, para criar formas eficazes de governo baseado na democracia direta. (BOOKCHIN, 2007c, p. 115).¹⁶⁸

Não obstante os esforços por ele envidados para tentar afastar a acusação de “ir longe demais”, é fácil imaginar o efeito, sobre a mente de um anarquista nos moldes convencionais, de uma passagem como a reproduzida acima, ou, ainda mais, desta que vem a seguir:

Apoiar um Verde¹⁶⁹ para prefeito com base em um programa municipalista libertário, em suma, é qualitativamente diferente de apoiar um governador provincial ou estadual em um presumido programa municipalista libertário. Isto equivaleria a descontextualizar as instituições que existem em um município, em uma província ou em um estado, e no próprio Estado-nação, colocando assim todos esses três cargos executivos sob uma rubrica puramente formal. Pode-se com igual imprecisão dizer que porque os seres humanos e os dinossauros possuem ambos medulas espinhais, eles pertencem à mesma espécie ou até mesmo ao mesmo gênero. Em cada um daqueles casos, uma instituição – seja ela relativa ao cargo de prefeito, de vereador ou de *selectperson*¹⁷⁰ – deve ser vista em um contexto municipal como um todo, assim como um presidente, primeiro-ministro, congressista ou membro do Parlamento, por sua vez, deve ser visto no contexto do Estado como um todo. Deste ponto de vista, para os Verdes, apoiar a eleição de prefeitos é fundamentalmente diferente de apoiar alguém para

¹⁶⁸ Em inglês, no original: “[...] [c]ommunalists try to build lasting organizations and institutions that can play a socially transformative role in the real world. Significantly, Communalists do not hesitate to run candidates in *municipal* elections who, if elected, would use what real power their offices confer to legislate popular assemblies into existence. These assemblies, in turn, would have the power ultimately to create effective forms of town-meeting government.”

¹⁶⁹ Bookchin não se refere, bem entendido, a candidatos vinculados a algum “Partido Verde”, mas sim a candidatos identificados com uma plataforma ecolibertária no estilo municipalista libertário e social-ecológico. Nos EUA (e em vários outros países), diferentemente do Brasil, não é necessário filiar-se a um partido político para concorrer em eleições.

¹⁷⁰ As *select people* são funcionários eleitos que, em muitas cidadezinhas da Nova Inglaterra (EUA), atuam como autoridades executivas locais.

cargos provinciais e estaduais. Pode-se entrar em razões infinitamente detalhadas sobre o porquê de os poderes de um prefeito serem muito mais controlados e mais ao alcance do público que os dos titulares de cargos estaduais e provinciais. (BOOKCHIN, 2002c, não paginado).¹⁷¹

Sua análise da “urbanização sem cidades”, iniciada, como foi visto, muito cedo, desdobrou-se, nos anos 1980 e 1990, em uma proposta que soa quase como uma provocação ao anarquismo clássico. Seu compromisso com o pragmatismo e com a eficácia, aproveitando a margem de manobra sócio-espacial existente, salta aos olhos, assim como são também evidentes seu aguçado “raciocínio espacial” (ou sua nada pequena “imaginação geográfica”) e sua sensibilidade político-pedagógica. Sua meta é colaborar para a (re)organização de assembleias e organizações populares, em escala reduzida, as quais, ao mesmo tempo em que sirvam, por assim dizer, de “escolas de cidadania crítica”, possam igualmente representar um desafio prático ao Estado aqui e agora, ajudando a construir institucionalidades e circuitos econômicos alternativos, como expressões de uma *dualidade de poder*. Sua “agenda mínima inicial”, no que se refere a tais assembleias, prevê a sua formação em escala de quarteirão, bairro ou setor geográfico: “[...] tentativas de iniciar assembleias podem começar com populações que variam de um modesto bairro residencial até uma dúzia de bairros ou mais”.¹⁷² No que tange à sua dinâmi-

¹⁷¹ Em inglês, no original: “To run a Green for a mayor on a libertarian municipalist program, in short, is qualitatively different from running a provincial or state governor on a presumably libertarian municipalist program. It amounts to decontextualizing the institutions that exist in a municipality, in a province or state, and in the nation-state itself, thereby placing all three of these executive positions under a purely formal rubric. One might with equal imprecision say that because human beings and dinosaurs both have spinal cords, that they belong to the same species or even to the same genus. In each such case, an institution – be it a mayoral, councillor, or selectperson – must be seen in a municipal context as a whole, just as a president, prime minister, congressperson, or member of parliament, in turn, must be seen in the state context as a whole. From this standpoint, for Greens to run mayors is fundamentally different from running provincial and state offices. One can go into endless detailed reasons why the powers of a mayor are far more controlled and under closer public purview than those of state and provincial office-holders.”

¹⁷² Em inglês, no original: “[...] attempts to initiate assemblies can begin with populations that range anywhere from a modest residential neighborhood to a dozen neighborhoods or more.”

ca, “elas podem ser coordenadas pelos delegados com mandato imperativo, mandatos esses que são rotativos, revogáveis, e acima de tudo, cujos portadores são rigorosamente instruídos de forma escrita para apoiar ou se opor a qualquer problema que apareça na agenda dos conselhos confederais locais, compostos por delegados de várias assembleias de bairros” (BOOKCHIN, 2002b, não paginado).¹⁷³

O nível de ambição não é pequeno: “[...] [d]evo enfatizar que a visão municipalista (ou equivalentemente, comunalista) que eu proponho aqui foi pensada enquanto uma perspectiva de mudança e também formativa – um conceito de política e cidadania para transformar, em última análise, cidades e megalópoles urbanas (sic) tanto ética quanto espacialmente, e tanto política quanto economicamente” (BOOKCHIN, 2002b, não paginado).¹⁷⁴ Quanto ao desafio em si, jamais foi ele subestimado: “[d]eixando todas as objeções estatistas de lado, o problema da restauração de assembleias municipais parece formidável se ele é concebido em termos estritamente estruturais e espaciais.” (BOOKCHIN, 2002b, não paginado)¹⁷⁵ No entanto, por mais difícil que seja tal desafio, e exatamente por isso, não parece, aos seus olhos, existir uma opção razoável que não a construção de algo duradouro, institucionalizado à margem do aparelho de Estado e em tensão permanente com ele:

Refiro-me, aqui, às organizações por quarteirão, assembleias de bairro, assembleias municipais (*town meetings*), confederações cívicas e arenas públicas para discurso que vão além dessas manifestações e campanhas episódicas e voltadas para uma única questão, ainda que elas sejam valiosas para corrigir injustiças sociais. Mas protestar, por si só, não é suficiente; na verdade, o protesto é geralmente definido por aquilo a que os

¹⁷³ Em inglês, no original: “[t]hey can be coordinated by strictly mandated delegates who are rotatable, recallable, and above all, rigorously instructed in written form to either support or oppose whatever issue that appears on the agenda of local confederal councils composed of delegates from several neighborhood assemblies.”

¹⁷⁴ Em inglês, no original: “[...] I should emphasize that the libertarian municipalist (or equivalently, communitist) views I propound here are meant to be a changing and formative perspective – a concept of politics and citizenship to ultimately transform cities and urban megalopolises ethically as well as spatially, and politically as well as economically.”

¹⁷⁵ Em inglês, no original: “[a]ll statist objections aside, the problem of restoring municipal assemblies seems formidable if it is cast in strictly structural and spatial terms.”

manifestantes se opõem, não pelas mudanças sociais que desejem instituir. (BOOKCHIN, 2002b, não paginado).¹⁷⁶

A seguinte passagem não é menos eloquente:

Minimamente, se o poder é para ser socialmente redistribuído de forma que as pessoas comuns que fazem o trabalho real do mundo podem efetivamente dirigir-se àqueles que comandam os assuntos econômicos e sociais, um movimento é uma necessidade vital para educar, mobilizar, e, usando a sabedoria tanto de pessoas ordinárias quanto extraordinárias, *dar início* a medidas locais para recuperar o poder em suas formas mais populares e democráticas. O poder deste tipo deve ser abrigado, se quisermos levar a democracia a sério, em instituições recém-desenvolvidas, tais como assembleias que permitam a participação direta dos cidadãos nos assuntos públicos. Sem um movimento para trabalhar em direção a um fim tão democrático, incluindo educadores que são preparados, por sua vez, para serem educados eles mesmos, e pessoas intelectualmente sofisticadas que possam desenvolver e popularizar esse projeto, os esforços para desafiar o poder tal como se encontra agora constituído irão, simplesmente, pulverizar-se em diversionismos e fugas, motins, aventuras e protestos. (BOOKCHIN, 1995a, p. 229).¹⁷⁷

¹⁷⁶ Em inglês, no original: “I refer here to the block organizations, neighborhood assemblies, town meetings, civic confederations, and the public arenas for discourse that go beyond such episodic, single-issue demonstrations and campaigns, valuable as they may be to redress social injustices. But protest alone is not enough; indeed, it is usually defined by what protestors oppose, not by the social changes they may wish to institute.”

¹⁷⁷ Em inglês, no original: “Minimally, if power is to be socially redistributed so that the ordinary people who do the real work of the world can effectively speak back to those who run social and economic affairs, a movement is vitally needed to educate, mobilize, and, using the wisdom of ordinary and extraordinary people alike, *initiate* local steps to regain power in its most popular and democratic forms. Power of this kind must be collected, if we are to take democracy seriously, in newly developed institutions such as assemblies that allow for the direct participation of citizens in public affairs. Without a movement to work toward such a democratic end, including educators who are prepared, in turn, to be educated, and intellectually sophisticated people who can develop and popularize this project, efforts to challenge power as it is now constituted will simply sputter out in escapades, riots, adventures, and protests.”

Uma ousada política de escalas, a combinar ação direta e luta institucional. Para não poucos comentadores e militantes, ousada em demasia...

Pode-se, obviamente, discordar de Bookchin. Mas seria desonestidade distorcer suas intenções ou ocultar os seus declarados propósitos. É sintomático que não somente detratores e caluniadores, mas até mesmo supostos “apoiadores” não raro tenham compreendido mal ou deturpado a proposta, como fica patente por meio destas palavras de advertência:

Assim, o municipalismo não é um esforço simplesmente para “tomar” câmaras municipais para a construção de uma forma de governo da cidade ambientalmente mais adequada. Esses adeptos – ou adversários – do municipalismo libertário, de fato, olham para as estruturas cívicas que existem diante de seus olhos agora e, essencialmente (a despeito de toda a retórica em contrário), os tomam tal como eles existem. O municipalismo, pelo contrário, é um esforço para transformar e democratizar os governos municipais, para enraizá-los em assembleias populares, para costurá-los uns aos outros em conformidade com linhas confederais, para apropriar-se de uma economia regional segundo linhas confederais e municipais.

Na verdade, o municipalismo libertário ganha a sua vida e sua integridade precisamente da *tensão dialética que propõe entre o Estado-nação e a confederação municipal*. Sua “lei da vida”, para usar um termo antigo marxista, consiste precisamente em sua luta com o Estado. Desse modo, a tensão entre confederações municipais e o Estado deve ser clara e inflexível. *Uma vez que essas confederações existiriam principalmente em oposição ao estatismo, que não podem ser comprometidas pelo Estado ou por eleições provinciais ou nacionais, e muito menos alcançadas por esses meios*. O municipalismo é forjado em sua luta com o Estado, é fortalecido por essa luta e, de fato, é definido por essa luta. Despojado dessa tensão dialética com o Estado, dessa dualidade de poder que deve finalmente ser concretizada em uma “Comuna de comunas”, o municipalismo torna-se pouco mais que um socialismo reformista. (BOOKCHIN, 2002b, não paginado; grifado por MLS).¹⁷⁸

¹⁷⁸ Em inglês, no original: “Thus libertarian municipalism is not an effort simply to ‘take over’ city councils to construct a more ‘environmentally friendly’ city government. These adherents – or opponents – of libertarian municipalism, in effect, look at the civic structures that exist before their eyes now and essentially (all rhetoric to the contrary notwith-

Para além da “agenda mínima” por ele esboçada, referente à criação de organizações de base e assembleias populares, Bookchin esclareceu as suas preocupações e intenções de longo prazo: no essencial, e de modo plenamente compatível com o espírito libertário de todos os tempos, a eliminação definitiva do Estado e a construção de federações em diversas escalas:

Para além da agenda municipal que apresentei até agora, há uma outra agenda, de maior alcance: a visão de um mundo político em que o Estado, como tal, iria finalmente ser completamente substituído por uma rede confederal de assembleias municipais; todas as formas socialmente importantes de propriedade seriam absorvidas em uma verdadeira economia política em que os municípios, interagindo entre si economicamente e politicamente, resolveriam os seus problemas materiais como cidadãos em assembleias abertas, e não simplesmente como profissionais, agricultores, operários e trabalhadores de colarinho branco; e seriam municípios à escala humana e fisicamente descentralizados. (BOOKCHIN, 1995a, p. 244).¹⁷⁹

standing) take them as they exist. Libertarian municipalism, by contrast, is an effort to transform and democratize city governments, to root them in popular assemblies, to knit them together along confederal lines, to appropriate a regional economy along confederal and municipal lines. § In fact, libertarian municipalism gains its life and its integrity precisely from the dialectical tension it proposes between the nation-state and the municipal confederation. Its ‘law of life,’ to use an old Marxian term, consists precisely in its struggle with the State. Then tension between municipal confederations and the State must be clear and uncompromising. Since these confederations would exist primarily in opposition to statecraft, they cannot be compromised by the State, provincial or national elections, much less achieved by these means. Libertarian municipalism is formed by its struggle with the State, strengthened by this struggle, indeed, defined by this struggle. Divested of this dialectical tension with the State, of this duality of power that must ultimately be actualized in a free ‘Commune of communes,’ libertarian municipalism becomes little more than sewer socialism.”

¹⁷⁹ Em inglês, no original: “Beyond the municipal agenda I have presented thus far lies another, more long-range, agenda: the vision of a political world in which the state as such would finally be replaced completely by a confederal network of municipal assemblies; all socially important forms of property would be absorbed into a truly political economy in which municipalities, interacting with each other economically as well as politically, would resolve their material problems as citizens in open assemblies, not simply as professionals, farmers, and blue or white-collar workers; and humanly scaled and physically decentralized municipalities.”

Do ponto de vista econômico, Bookchin propôs como meta uma “municipalização” da economia, a qual seria, segundo ele, uma alternativa tanto à estatização (“nacionalização”), tipicamente marxista, quanto à própria coletivização, profundamente enraizada em amplos setores do movimento anarquista (bem como no âmbito do “comunismo de conselhos”):

Uma política municipal, com base em princípios comunalistas, marca um avanço significativo sobre todas essas concepções ao conclamar para a municipalização da economia – e sua gestão pela comunidade como parte de uma política de autogestão. As demandas sindicalistas com relação à “coletivização” da indústria e ao “controle operário” de unidades industriais individuais são baseadas em relações contratuais e de intercâmbio entre todas as empresas coletivizadas, com isso, indiretamente, reprivatizando a economia e abrindo-a às formas tradicionais de propriedade privada – mesmo que cada empresa seja propriedade coletiva. Por outro lado, o municipalismo literalmente politiza a economia através da dissolução da tomada de decisões econômicas no âmbito cívico. Nem a fábrica nem a terra se torna uma unidade separada ou potencialmente competitiva dentro de um coletivo aparentemente comunal.

Nem trabalhadores, agricultores, técnicos, engenheiros, profissionais e outros perpetuam suas identidades profissionais como interesses distintos que existem fora do corpo de cidadãos em assembleias face a face. A “propriedade” é integrada ao município como o componente de material de um quadro cívico; de fato, como parte de um todo maior, que é controlado pelo corpo do cidadão em conjunto como cidadãos – e não como trabalhadores, agricultores, profissionais, ou quaisquer outros grupos de interesse especiais vocacionalmente orientados.

Igualmente importante, a famosa “contradição” ou o famoso “antagonismo” entre cidade e campo, tão crucial na teoria social e na história, é transcendido pelo *township*, a tradicional jurisdição local da Nova Inglaterra, em que uma entidade urbana é o núcleo de sua agricultura e dos vilarejos dos arredores – não uma entidade urbana dominadora que se opõe a eles. Uma *township*, com efeito, é uma pequena região dentro de outras maiores, como o condado e outras jurisdições políticas maiores.

Assim concebida, a municipalização da economia deve ser distinguida não só da corporatização, mas também de demandas aparentemente mais “radicais”, como a nacionalização e a coletivização. A nacionalização

da economia invariavelmente levou ao controle econômico de cima para baixo e burocrático; e a coletivização, por sua vez, poderia facilmente levar a uma economia privatizada sob uma forma coletivizada com a perpetuação de identidades de classe ou casta. Por outro lado, a municipalização traria a economia como um todo para a órbita da esfera pública, em que a política econômica pode ser formulada por toda a comunidade – nomeadamente pelos seus cidadãos em interações face a face, trabalhando para alcançar um interesse geral que supere interesses específicos separados e vocacionalmente definidos. A economia deixaria de ser meramente uma economia no sentido convencional do termo, composta por empresas, sejam capitalistas, nacionalizadas ou “controladas por trabalhadores”. Ele se tornaria a economia da polis ou município. O município, mais precisamente, o corpo de cidadãos reunido em assembleia presencial, absorveria a economia em seus negócios público, despindo-a de uma identidade separada, a qual arrisca degenerar em uma identidade privatizada de uma empresa autocentrada. (BOOKCHIN, 2002b, não paginado).¹⁸⁰

¹⁸⁰ Em inglês, no original: “A municipal politics, based on communalist principles, scores a significant advance over all of these conceptions by calling for the municipalization of the economy – and its management by the community as part of a politics of self-management. Syndicalist demands for the ‘collectivization’ of industry and ‘workers’ control’ of individual industrial units are based on contractual and exchange relationships between all collectivized enterprises, thereby indirectly reprivatizing the economy and opening it to traditional forms of private property – even if each enterprise is collectively owned. By contrast, libertarian municipalism literally politicizes the economy by dissolving economic decision-making into the civic domain. Neither factory nor land becomes a separate or potentially competitive unit within a seemingly communal collective. § Nor do workers, farmers, technicians, engineers, professionals, and the like perpetuate their vocational identities as separate interests that exist apart from the citizen body in face-to-face assemblies. ‘Property’ is integrated into the municipality as the material component of a civic framework, indeed as part of a larger whole that is controlled by the citizen body in assembly as citizens – not as workers, farmers, professionals, or any other vocationally oriented special-interest groups. § What is equally important, the famous ‘contradiction’ or ‘antagonism’ between town and country, so crucial in social theory and history, is transcended by the township, the traditional New England jurisdiction, in which an urban entity is the nucleus of its agricultural and village environs – not a domineering urban entity that stands opposed to them. A township, in effect, is a small region within still larger ones, such as the county and larger political jurisdictions. § So conceived, the municipalization of the economy should be distinguished not only from corporatization but also from seemingly more ‘radical’ demands such as nationalization and collectivization. Nationalization of the economy invariably has led to bureaucratic and top-down economic control; collectivization, in turn, could easily lead to a privatized economy in a

Muito embora Bookchin concebesse o início de um processo de “municipalização” da economia, apesar de todos os obstáculos, como sendo viável já no contexto da dualidade de poder passível de ser construída *hic et nunc*, é possível divisar, cotejando-se vários de seus trabalhos, um sentido essencial e de longo prazo em sua ironia de que a estatização e mesmo a coletivização só aparentemente implicariam mudanças mais profundas. Se a crítica à estatização decerto não mais demanda, a esta altura, maiores explicações suplementares, o receio em relação à coletivização é similar aos seus reparos à forma de organização insurgente “conselho de fábrica”: o seu ranço economicista e produtivista, a despeito de suas virtudes radical-democráticas e de sua inequívoca superioridade em face da forma-partido, intrinsecamente hierárquica ou, como ele observou, correspondente a um “Estado em miniatura”. Para Bookchin, os conselhos de trabalhadores (ou comitês de fábrica) seriam relevantes e válidos na escala da unidade de produção, mas a forma de organização deveria ter uma expressão mais abrangente – pode-se dizer, uma expressão *territorial* abrangente, que integrasse homens e mulheres como *cidadãos* (simultaneamente produtores, consumidores etc.), e não apenas como trabalhadores e trabalhadoras, como se a esfera da produção devesse permanecer tendo a primazia, ou como se, mesmo em uma sociedade pós-capitalista, a cidade “começasse na fábrica”.

E Bookchin tinha, nisso, carradas de razão. Vale a pena, a propósito, contar uma historietta deveras ilustrativa. Em dada ocasião, um intelectual português que vivera a Revolução dos Cravos em seu país narrou, na presença do autor deste livro, um episódio em que usuários de ônibus, certa feita, no ápice do processo de mudanças então em curso, se reuniram e levaram ao conhecimento do comitê de trabalhadores responsáveis por

collectivized form with the perpetuation of class or caste identities. By contrast, municipalization would bring the economy as a whole into the orbit of the public sphere, where economic policy could be formulated by the entire community – notably its citizens in face-to-face relationships working to achieve a general interest that surmounts separate, vocationally defined specific interests. The economy would cease to be merely an economy in the conventional sense of the term, composed of capitalistic, nationalized, or ‘worker-controlled’ enterprises. It would become the economy of the polis or the municipality. The municipality, more precisely, the citizen body in face-to-face assembly, would absorb the economy into its public business, divesting it of a separate identity that can become privatized into a self-serving enterprise.”

esse meio de transporte a reivindicação de que fosse alterado o trajeto de uma das linhas (ou “carreiras”, como por lá se diz). O assunto terminou bem, uma vez que a assembleia de trabalhadores decidiu aprovar o pedido dos usuários, e o meu interlocutor citou isso como um caso exemplar tanto do poder de auto-organização das pessoas em um ambiente livre e liberado quanto de autogestão dos trabalhadores. Porém, quando eu indaguei: “E se a assembleia tivesse rejeitado o pedido?”, meu interlocutor saiu pela tangente, desqualificando a pergunta como “abstrata”. De abstrata, indubitavelmente, ela algo tinha, pois se tratava de questionar o alcance do *princípio ordenador* por trás daquela autogestão; mas a pertinência da pergunta é irrecusável. Na verdade, há perguntas decisivas que são subjacentes àquela outra, aparentemente gratuita ou descabida: *quem deverá julgar a qualidade de um serviço ou bem, o trabalhador ou trabalhadora que o presta ou fabrica ou, acima de tudo, aqueles que irão usufruí-lo?* Portanto, *quem deve decidir?* E, por conseguinte: *como deverão estar organizados aqueles que irão decidir?*

Nenhuma dessas questões é trivial, mas a primeira delas admite uma resposta simples, ainda que muitos (entorpecidos mentalmente pela ideologia do “discurso competente”) possam considerá-la polêmica ou disparatada. Essa resposta fora já oferecida por Bakunin: a pessoa mais apta a julgar a qualidade de um par de sapatos é o indivíduo que vai calçá-lo, não o sapateiro que o fabrica. A segunda questão deriva da primeira, mas a resposta a ela já não pode ser tão simples; afinal, algumas decisões, por razões técnicas (envolvendo a fabricação, a logística etc.) e, sobretudo, naquilo que envolver as condições de trabalho, deverão ser tomadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Mas é a última questão, que está ainda mais longe de ser trivial, que repele uma resposta perfunctória. Como se viu no capítulo sobre a experiência anarquista durante a Revolução Espanhola, um eixo de organização mais tradicional e, por isso, mais imediato na esquerda do passado, é a organização dos trabalhadores (da agricultura, da indústria, dos serviços), da escala mais acanhada às mais abrangentes, porém dentro de uma lógica *setorial*; e, apesar disso, como a experiência da Espanha também mostrou, uma tentativa real e de tamanhas complexidade e profundidade teve de envolver, também, outras dimensões da vida, com isso abrindo-se para uma ampliação para além dos locais de trabalho e da esfera do trabalho. O usual, contudo, era subordinar tudo à esfera do trabalho; e, como se verá no próximo capítulo, também Castoriadis, em

escritos dos anos 1950, procedeu da mesma forma em textos programáticos sobre a organização do proletariado, para bem mais tarde reconhecer, ao analisar retrospectivamente a Revolução Húngara de 1956, que entre as extraordinárias realizações dessa efêmera mas fascinante experiência esteve, precisamente, a criação de conselhos que rapidamente passaram a englobar muito mais que a fábrica. O que, de certa forma, Bookchin reconheceu antes de Castoriadis, foi, no fundo, aquilo que é uma das teses centrais deste livro a propósito da espacialidade libertária e, ao mesmo tempo, da autogestão como princípio organizativo: por mais que uma tensão produtiva entre o “setorial” e o “espacial” possa sempre subsistir, é o vetor espacial, por definição mais amplo, que deve subordinar, em última instância, o vetor setorial, e não o inverso. Infelizmente, falácias hoje corriqueiras a propósito do “fim da geografia” (“*end of geography*”) embotam a nossa percepção disso, ao mesmo tempo em que nos levam a superestimar os vínculos funcionais desprovidos de enraizamento espacial. Talvez por expressarem demandas mais complexas, e por se tratar de sujeitos lutando em uma outra época e em um outro patamar de complexidade das relações sociais e do espaço (condições gerais da produção incluídas), movimentos sociais como zapatistas, *piqueteros* e *asambleas barriales*, sem-teto e outros tantos são, do princípio ao fim, em suas demandas bem como em sua identidade e sua organização, densos de espacialidade, em vez de serem estreitamente setoriais, como se verá no último capítulo deste livro.

As questões da economia e da formação de (con)federações deram ensejo, na análise de Bookchin, também a uma persuasiva defesa da importância das trocas e dos intercâmbios, com o fito de se evitar o localismo paroquial. Assim se expressou ele a respeito:

Quase não é necessário explorar as saudáveis razões ecológicas para se alcançar uma certa medida de autossustentabilidade. A maior parte das pessoas ambientalmente conscientes está atenta para o fato de que uma maciça divisão nacional e internacional do trabalho é extremamente desperdiçadora no sentido literal do termo.¹⁸¹ Uma excessiva divisão do trabalho não gera apenas uma excessiva organização na forma de enormes

¹⁸¹ O jogo de palavras que Bookchin propõe aqui, ao usar o termo inglês *wasteful* (derivado de *waste*, que, enquanto substantivo, pode significar “resíduos” ou mesmo “lixo”), infelizmente perde-se em português.

burocracias e enormes gastos de recursos no transporte de materiais a grandes distâncias; ela reduz as possibilidades de se efetivamente reciclar resíduos de forma eficaz, evitando a poluição que pode ter sua origem em centros industriais e populacionais altamente concentrados, e fazendo um uso saudável de matérias-primas locais ou regionais.

Por outro lado, não podemos ignorar o fato de que comunidades *relativamente* autossustentáveis nas quais o artesanato, a agricultura e as indústrias servem redes definíveis de comunidades confederalmente organizadas enriquecem as oportunidades e os estímulos aos quais os indivíduos são expostos e contribuem para produzir personalidades mais balanceadas, dotadas de um rico senso de individualidade e competência. O ideal grego do cidadão equilibrado em um ambiente equilibrado – do tipo que reapareceu nas obras utópicas de Charles Fourier – foi muito acalentado pelos anarquistas e socialistas do século passado.

A oportunidade do indivíduo para dedicar a sua atividade produtiva a muitas tarefas diferentes ao longo de uma semana de trabalho atenuado (ou, na sociedade ideal de Fourier, ao longo de um determinado dia) foi vista como um fator vital na superação da divisão entre o trabalho manual e o intelectual, na ultrapassagem das diferenças de *status* que essa grande divisão do trabalho criava e no aumento da riqueza de experiências que veio com uma livre circulação da indústria para os ofícios manuais, e deste para o cultivo de alimentos. Daí a autossustentabilidade colaborar com um “eu” mais rico, fortalecido por experiências, competências e garantias variadas. Bem, essa visão foi perdida entre os esquerdistas e muitos ambientalistas de hoje, com a sua mudança de rumo em direção a um liberalismo pragmático e a trágica ignorância do movimento radical de seu próprio passado visionário. (BOOKCHIN, 2002c, não paginado).¹⁸²

¹⁸² Em inglês, no original: “It is hardly necessary to explore the sound ecological reasons for achieving a certain measure of self-sustainability. Most environmentally oriented people are aware that a massive national and international division of labor is extremely wasteful in the literal sense of that term. Not only does an excessive division of labor make for overorganization in the form of huge bureaucracies and tremendous expenditures of resources in transporting materials over great distances; it reduces the possibilities of effectively recycling wastes, avoiding pollution that may have its source in highly concentrated industrial and population centers, and making sound use of local or regional raw materials. § On the other hand, we cannot ignore the fact that *relatively* self-sustaining communities in which crafts, agriculture, and industries serve definable networks of confederally organized communities enrich the opportunities and stimuli

Se muitas pessoas pragmáticas são cegas para a importância da descentralização, muitos no movimento ecológico tendem a ignorar, devido ao “localismo”, problemas muito reais – problemas que não são menos preocupantes do que os aqueles levantados por um globalismo que promove um bloqueio total da vida econômica e política em uma escala mundial. Sem estas mudanças culturais e políticas holísticas, tal como tenho defendido, noções de descentralização que enfatizam um isolamento localista e um dado grau de autossuficiência podem levar a provincianismo cultural e chauvinismo. O paroquialismo pode levar a problemas tão graves como uma mentalidade “global” que não enxerga a singularidade das culturas, as peculiaridades de ecossistemas e ecorregiões, e a necessidade de uma vida comunitária à escala humana que torna uma democracia participativa possível. Esta não é uma questão menor, hoje, em um movimento ecológico, que tende a oscilar em direção a extremos bem intencionados, mas bastante ingênuos. Nunca é demais enfatizar que temos de encontrar uma maneira de compartilhar o mundo com outros seres humanos e com as formas não humanas de vida, uma visão que é muitas vezes difícil de alcançar em comunidades excessivamente “autossuficientes”.

Ainda que eu respeite as intenções daqueles que defendem a *self-reliance*¹⁸³ e a autossustentabilidade locais, estes conceitos podem ser altamente enganadores. Eu certamente posso concordar com David Morris do Ins-

to which individuals are exposed and make for more rounded personalities with a rich sense of selfhood and competence. The Greek ideal of the rounded citizen in a rounded environment – one that reappeared in Charles Fourier’s utopian works – was long cherished by the anarchists and socialists of the last century. § The opportunity of the individual to devote his or her productive activity to many different tasks over an attenuated work week (or in Fourier’s ideal society, over a given day) was seen as a vital factor in overcoming the division between manual and intellectual activity, in transcending status differences that this major division of work created, and in enhancing the wealth of experiences that came with a free movement from industry through crafts to food cultivation. Hence self-sustainability made for a richer self, one strengthened by variegated experiences, competencies, and assurances. Alas, this vision has been lost by leftists and many environmentalists today, with their shift toward a pragmatic liberalism and the radical movement’s tragic ignorance of its own visionary past.”

¹⁸³ *Self-reliance* é apenas imperfeitamente traduzível para o português. “Autoconfiança” e “autossuficiência” não capturam bem o significado da expressão, que tem a ver com a capacidade de, na base de intercâmbios econômicos e culturais em escala variável (inter-regional, internacional/intracontinental etc.), depender-se o menos possível de fontes externas (seja lá qual for a escala do “externo” em questão) de *inputs* tecnológicos e outros.

titute for Local Self-Reliance, por exemplo, em que *se uma comunidade pode produzir as coisas de que necessita, ela provavelmente deve fazê-lo. Mas as comunidades autossustentáveis não podem produzir todas as coisas de que elas precisam – a menos que isso envolva um retorno a uma forma retrógrada de vida de aldeia que, historicamente, muitas vezes envelheceu prematuramente seus homens e mulheres com trabalho árduo e deixou-lhes muito pouco tempo para a vida política para além dos limites imediatos da própria comunidade.*

Lamento dizer que há pessoas no movimento ecológico que, de fato, defendem um retorno a uma economia altamente trabalho-intensiva, para não falar de divindades da Idade da Pedra. *Claramente, devemos dar aos ideais de localismo, descentralismo e autossustentabilidade um significado mais amplo e completo.* (BOOKCHIN, 2002c, não paginado; grifado por MLS).¹⁸⁴

Para arrematar, esta ponderação:

¹⁸⁴ Em inglês, no original: “If many pragmatic people are blind to the importance of decentralism, many in the ecology movement tend to ignore very real problems with ‘localism’ – problems that are no less troubling than the problems raised by a globalism that fosters a total interlocking of economic and political life on a worldwide basis. Without such wholistic cultural and political changes as I have advocated, notions of decentralism that emphasize localist isolation and a degree of self-sufficiency may lead to cultural parochialism and chauvinism. Parochialism can lead to problems that are as serious as a ‘global’ mentality that overlooks the uniqueness of cultures, the peculiarities of ecosystems and ecoregions, and the need for a humanly scaled community life that makes a participatory democracy possible. This is no minor issue today, in an ecology movement that tends to swing toward very well-meaning but rather naive extremes. I cannot repeat too emphatically that we must find a way of sharing the world with other humans and with nonhuman forms of life, a view that is often difficult to attain in overly ‘self-sufficient’ communities. § Much as I respect the intentions of those who advocate local self-reliance and self-sustainability, these concepts can be highly misleading. I can certainly agree with David Morris of the Institute for Local Self-Reliance, for example, that if a community can produce the things it needs, it should probably do so. But self-sustaining communities cannot produce all the things they need – unless it involves a return to a back-breaking way of village life that historically often prematurely aged its men and women with hard work and allowed them very little time for political life beyond the immediate confines of the community itself. § I regret to say that there are people in the ecology movement who do, in fact, advocate a return to a highly labor-intensive economy, not to speak of Stone Age deities. Clearly, we must give the ideals of localism, decentralism, and self-sustainability greater and fuller meaning.”

Um elemento crucial para se tornar real o Confederalismo é a interdependência das comunidades para um mutualismo autêntico, baseado no compartilhamento de recursos, produtos e formulação de políticas. *Enquanto uma medida razoável de autossuficiência é desejável para cada localidade e região, o Confederalismo é um meio para evitar o provincianismo local, por um lado, e uma extravagante divisão nacional e global do trabalho, por outro.* Geralmente, a menos que uma comunidade seja obrigada a contar com as outras para satisfazer as suas necessidades materiais importantes e realizar objetivos políticos comuns, interligando-a com outras em um todo maior, a exclusividade e o paroquialismo se tornam possibilidades reais. Apenas na medida em que a confederação seja uma extensão da gestão participativa – por meio de redes confederais – podem a descentralização e o localismo impedir que as comunidades que compõem corpos maiores de associação de se fecharem paroquialisticamente em si mesmas, em detrimento de áreas mais amplas de consociação humana.

O Confederalismo é, assim, uma forma de perpetuar a interdependência entre as comunidades e regiões – na verdade, ele é uma forma de democratizar essa interdependência sem abdicar do princípio do controle local. Através da confederação, uma comunidade pode manter a sua identidade e equilíbrio ao mesmo tempo em que participa de uma maneira solidária com o todo maior que compõe uma sociedade ecológica equilibrada. (BOOKCHIN, 2002b, não paginado; grifado por MLS).¹⁸⁵

¹⁸⁵ Em inglês, no original: “A crucial element in giving reality to confederalism is the interdependence of communities for an authentic mutualism based on shared resources, produce, and policy-making. While a reasonable measure of self-sufficiency is desirable for each locality and region, confederalism is a means for avoiding local parochialism on the one hand and an extravagant national and global division of labor on the other. Unless a community is obliged to count on others generally to satisfy important material needs and realize common political goals, interlinking it to a greater whole, exclusivity and parochialism become genuine possibilities. Only insofar as confederation is an extension of participatory administration – by means of confederal networks – can decentralization and localism prevent the communities that compose larger bodies of association from parochially withdrawing into themselves at the expense of wider areas of human consociation. § Confederalism is thus a way of perpetuating interdependence among communities and regions – indeed, it is a way of democratizing that interdependence without surrendering the principle of local control. Through confederation, a community can retain its identity and roundedness while participating in a sharing way with the larger whole that makes up a balanced ecological society.”

Diante de tudo o que foi examinado até agora, resta perguntar: teria sido Bookchin, simplesmente, vítima de uma cegueira dogmática e sectária por parte de quem o atacou? Em que pese o papel preponderante desempenhado pelo convencionalismo e pela estreiteza de horizontes de vários de seus críticos na relativa solidão a que, no final da vida, acabou condenado, a resposta não é assim tão simples.

Não deve restar dúvida de que o que Bookchin buscou fazer foi reconhecer, sem dogmatismo, as possibilidades da luta institucional, em contraste com os ortodoxos que, maniqueística e simplisticamente, cultivavam e cultivam uma verdadeira fobia em relação a ela, tratando com suspeição e mesmo agressividade qualquer sugestão no sentido de tentar negociar aqui e ali com o Estado ou aproveitar determinados canais institucionais, quando não houver outro jeito ou a conjuntura se mostrar favorável.¹⁸⁶ Seu espírito prático e sua obsessão para com a criação de condições para uma insurgência frutífera (continuada, sustentável e, ainda que não linearmente, que seja minimamente cumulativa, em vez de meramente episódica ou espasmódica), desembocaram em uma constante preocupação político-pedagógica que, sensível às necessidades e virtualidades sócio-espaciais da nossa época, traduziu-se na convicção de que a luta institucional não poderia ser sempre desprezada. “Sejam elas grandes ou pequenas, as assembleias iniciais e o movimento que procura promovê-las por meio de eleições cívicas permanecem a única verdadeira escola para a cidadania de que dispomos” (“[b]e they large or small, the initial assemblies and the movement that seeks to foster them in civic elections remain the only real school for citizenship we have” [BOOKCHIN, 2002b, não paginado]): eis uma avaliação que, sem dúvida, não pode ser tida como inteiramente válida, mas que tampouco deve ser descartada como totalmente desprovida de base real. Acima de tudo, é necessário entender essa valorização da “via eleitoral” em seu contexto histórico-geográfico preciso: os EUA, tendo parecido a Bookchin e a outros ser viável, ali, mediante candidatos independentes (isto é, não vinculados a nenhum partido político, e em vez

¹⁸⁶ Os *Autonomen* alemães exemplificaram, nos anos 1990, com sua cada vez maior divisão interna entre *Verhandler* (= negociadores, ou seja, aqueles que aceitam negociar com o Estado) e *Nichtverhandler* (= não-negociadores, isto é, aqueles que rejeitam qualquer negociação com o Estado), o quanto esse tipo de maniqueísmo pode ser pernicioso, a ponto de enfraquecer um movimento.

disso atuando como porta-vozes de um movimento), usar a margem de manobra local para fomentar transferência de autoridade e competências das prefeituras para assembleias de bairros. Que algo assim, na prática, é mais difícil e arriscado do que ele mesmo (que não era nenhum ingênuo) suspeitava, nos marcos da “cooptação estrutural”¹⁸⁷ exercida pelo Estado e de uma socialização em meio a um imaginário heterônomo, é algo que ele teve, dolorosamente, de constatar de perto em Burlington (Vermont), ao ver uma maioria de integrantes do movimento radical-ecológico do qual ele participava e que ele tinha animado desde o início se envolver em manobras politiquerias das mais rasteiras (BIEHL, 2015, p. 274-77).

É bem verdade que a verve polêmica de Bookchin e a sua reação às objeções dos ortodoxos, objeções essas geralmente pouco equilibradas e às vezes até mesmo pouco inteligentes,¹⁸⁸ acabaram levando-o a adotar um estilo de argumentação em que a ação direta pareceu, às vezes, ser um pouco eclipsada pela ênfase atribuída à luta institucional. Contudo, trata-se essa de uma falsa impressão. No fundo, basta lê-lo com as devidas atenção e boa vontade para constatar que Bookchin somente desejava facilitar a ação direta – e, nesse sentido, esta continuava gozando de prioridade, conquanto de um modo bem diferente em comparação com os seus escritos dos anos 1960, muito mais próximos do anarquismo clássico. Que sirvam de ilustrações os seguintes trechos, lúcidos e prudentes, nos quais o verdadeiro objetivo fundamental do “municipalismo libertário” é didaticamente sublinhado:

Um movimento município confederal [...] não iria – e não deveria – alcançar sucesso amplos e elogios públicos repentinamente. O atual período

¹⁸⁷ Sobre o tema da “cooptação estrutural”, consulte-se Souza (2006a).

¹⁸⁸ Para exemplificar: Paul Boino, um dos críticos de Bookchin, certamente exagerou ao reduzir à insignificância a margem de manobra local (vide BOINO, 2003, p. 47). Essa margem de manobra depende, decerto, muito do país e de seu sistema de governo, da repartição dos recursos e responsabilidades tributários entre os diversos níveis escalares de poder estatal... Mas há países (como o Brasil, por exemplo) em que ela não é, de modo algum, desimportante. De mais a mais, tem-se até mesmo a impressão, no caso de Boino, de que não se leu Bookchin direito; afinal de contas, como fica bem evidente em *From Urbanization to Cities*, o próprio Bookchin não subestimava propriamente as dificuldades do uso de eleições e das instituições estatais (conquanto pudesse ou devesse ter oferecido um tratamento mais completo e detalhado do assunto), e de modo algum se restringiu a elas com a finalidade de fomentar a criação de assembleias locais.

de mal-estar político, na melhor das hipóteses, e definitiva reação, na pior delas, torna quaisquer êxitos sensacionais algo impossível. Se um tal movimento municipalista confederal lançar candidatos para câmaras municipais com demandas para a instituição de reuniões públicas, será mais provável, hoje, perder competições eleitorais que alcançar até mesmo mesmo os mais modestos sucessos. Dependendo do clima político em um dado tempo ou lugar qualquer, anos se passarão antes que ele obtenha mesmo o êxito mais modesto. [...] Mesmo quando um certo sucesso eleitoral em nível local puder ser alcançado, a perspectiva de implementação de uma política radicalmente democrática será susceptível de ser obstruída pela oposição do Estado-nação e a fraca posição dos municípios nos modernos Estados-nação “democráticos”. Embora seja altamente duvidoso que até mesmo autoridades civis permitiriam que uma assembleia de bairro adquirisse o poder legal de elaborar políticas públicas – e as autoridades do Estado, em nível nacional, estariam ainda menos dispostas a isso –, permitam-me enfatizar que as assembleias que não têm poder legal podem exercer um enorme poder moral. [...] O objetivo imediato de uma agenda municipalista confederal não é exercer o controle repentino e maciça por meio de representantes eleitos e seus agentes burocráticos sobre a economia existente; seu objetivo imediato é reabrir uma esfera pública em franca oposição ao estatismo, que permite a democracia máxima no sentido literal do termo, e criar de forma embrionária as instituições que podem dar poder a um povo, falando em termos gerais. Se esta perspectiva pode ser atingida inicialmente apenas por assembleias moralmente habilitadas em uma escala limitada, pelo menos isso será uma forma de poder popular que pode, com o tempo, expandir-se localmente e crescer em uma escala regional mais abrangente. (BOOKCHIN, 1995a, p. 229-231).¹⁸⁹

¹⁸⁹ Em inglês, no original: “A confederal municipalist movement [...] would not – and should not – achieve sudden success and wide public accolades. The present period of political malaise at best and outright reaction at worst renders any sensational successes impossible. If such a confederal municipalist movement runs candidates for municipal councils with demands for the institution of public assemblies, it will more likely lose electoral races today rather than win even slight successes. Depending upon the political climate at any given time or place, years will pass before it wins even the most modest success. [...] Even where a measure of electoral success on the local level can be achieved, the prospect of implementing a radically democratic policy is likely to be obstructed by the opposition of the nation-state and the weak position of municipalities in modern ‘democratic’ nation-states. Although it is highly doubtful that even civic authorities would allow

Ou seja: a luta institucional, no que diz respeito ao uso da margem de manobra permitida ou viabilizada com recurso ao aparelho de Estado (por meio de processos legislativos formais, por exemplo), não era vista por ele, em hipótese alguma, como uma *conditio sine qua non* para a criação de assembleias populares; seu caráter era, isso sim, o de possuir uma utilidade *ancilar, suplementar* – de modo nenhum apriorística e genericamente desprezível, mas tampouco apriorística e genericamente imprescindível. Tivesse isso sido adequadamente percebido e considerado por todos os leitores e ouvintes, e seguramente a reação ao “municipalismo libertário” teria sido, ao menos por parte de muitos, bem mais generosa.¹⁹⁰

a neighborhood assembly to acquire the legal power to make civic policy, still less state and national authorities, let me emphasize that assemblies that have no legal power can exercise enormous moral power. [...] The immediate goal of a confederal municipalist agenda is not to exercise sudden and massive control by representatives and their bureaucratic agents over the existing economy; its immediate goal is to reopen a public sphere in flat opposition to statism, one that allows for maximum democracy in the literal sense of the term, and to create in embryonic form the institutions that can give power to a people generally. If this perspective can be initially achieved only by morally empowered assemblies on a limited scale, at least it will be a form of popular power that can, in time, expand locally and grow over wide regions.”

¹⁹⁰ A minha resistência em julgar Bookchin com severidade não decorre somente do reconhecimento dos méritos do “municipalismo libertário”, em que pese suas fraquezas. Ela decorre, igualmente, de uma empatia e de uma identificação pessoal com o tipo de falha cometido pelo grande libertário estadunidense: por experiência própria, eu sei como é o gosto amargo de constatar, retrospectivamente, ao amadurecer a reflexão e obter mais e melhores informações, que as potencialidades da luta institucional foram, em dado momento (como em SOUZA [2002]), um tanto superestimadas, mesmo tendo como pano de fundo uma análise estrutural correta e uma análise de conjuntura razoavelmente adequada. Felizmente, no meu caso, esse desequilíbrio foi corrigido em trabalhos posteriores (de SOUZA [2006a] em diante). É preciso registrar que o problema, de fato, foi mais suscitado por uma articulação teórico-política ainda não suficientemente madura entre estrutura e conjuntura e entre estratégia e tática, que propriamente por uma leitura equivocada da conjuntura, a qual, nos anos 1990, era realmente favorável a certos experimentos em matéria de luta institucional (coisa de que deu testemunho ninguém menos que Cornelius Castoriadis, ao fazer um comedido porém significativo elogio do orçamento participativo de Porto Alegre, que ele conheceu em seus primórdios [cf. CASTORIADIS *et al.*, 1992]; voltar-se-á a esse assunto mais tarde). No afã de ser eficaz e de não se contentar com o imobilismo, Bookchin certamente não foi o único a se equivocar na dosagem da luta institucional. Todavia, esse tipo de tropeço é indicativo, ele mesmo, de um intuito saudável e necessário de romper com o isolamento ou evitá-lo, preocupação que parece ser de pouca monta por parte dos que se aprazem em cultivar uma certa perspectiva purista e dogmática, não raro temperada por significativa preguiça mental.

Em todo o caso, o próprio Bookchin talvez devesse ter explicado mais e melhor, estabelecendo com mais pormenores e equilíbrio os limites e potencialidades de seu tratamento da luta institucional. Para começar, concorrer em eleições só faz algum sentido (e mesmo assim apenas *eventualmente*, ou *dependendo das circunstâncias...*), de um ponto de vista verdadeiramente libertário, se não for preciso formar um partido e comprometer-se a esse ponto, organizacionalmente, com estruturas hierarquizadas e cuja *raison d'être* reside, precisamente, na reprodução do aparelho de Estado; ou seja, se for permitida a presença de “candidatos independentes”, coisa inviável em não poucos países. E, adicionalmente – no fundo, é essa a grande questão –, se for realmente possível construir uma dualidade de poder (instituições e estruturas paralelas), como esperava Bookchin, em vez de se verem o movimento e as organizações de base descaracterizados e cooptados pelas instituições do Estado ou, pura e simplesmente, reprimidos. O desafio da dualidade de poder não é de modo algum trivial, e tampouco o é o uso de eleições e da margem de manobra estatal-formal para, dialeticamente (tal era a esperança de Bookchin), legislar de modo a facilitar a criação de estruturas paralelas e contrapostas ao Estado. Não somente porque, com o passar do tempo e com a maior exposição, tenderá a crescer o risco de “cooptação estrutural”,¹⁹¹ mas também porque a disputa eleitoral, em si mesma, geralmente não terá nada de fácil. Será, portanto, um esforço legítimo? Valerá a pena correr certos riscos? Talvez sim, em algumas circunstâncias; mas certamente sem pretender converter isso em uma estratégia universalmente válida.

Outro ponto relevante é o que diz respeito à relação entre os eixos espacial e “setorial” no âmbito do “municipalismo libertário”. Boino seguramente foi tendencioso ao sugerir que Bookchin propunha algo que acabaria por promover que, em um dado espaço, o explorador e o explorado negociassem, conversassem e se entendessem como integrantes de um mesmo lugar de referência (BOINO, 2003, p. 69). Somente por malícia e má-fé, ou quem sabe, de um ponto de vista benevolente, por ignorância,

¹⁹¹ Ainda que, para os libertários, não se trate de formar partidos, em certa medida as “frustrantes” (ou melhor, reveladoras) experiências históricas da social-democracia europeia, do eurocomunismo, dos “verdes” alemães (*Die Grünen*), do *African National Congress* (ANC) sul-africano e do Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro podem ser em parte invocadas, para sugerir uma excepcional dose de prudência.

se poderia imputar a Bookchin a inocência de propor estruturas de acomodação da luta de classes. Sem embargo, mesmo que consideremos que a própria segregação residencial se encarregará, na maior parte dos casos, de não facilitar que classes antagônicas sejam convidadas a compartilhar os mesmos fóruns decisórios populares, resta elaborar melhor os cenários mediante os quais seria viável persuadir os leitores de que, a partir dos lugares, seria possível dar vida à dualidade de poder almejada e afrontar não somente o Estado mas, em última análise, aquilo que ele representa: a hegemonia de determinadas classes sociais. Experiências participativas bancadas pelo Estado local, ou ao menos aquelas poucas que apresentaram algum grau de arrojo e consistência, como o “orçamento participativo” de Porto Alegre nos anos 1990 (pena Bookchin não ter, aparentemente, tomado conhecimento desse “laboratório”), demonstram à saciedade tanto certas potencialidades quanto determinadas limitações. É bem verdade que, no “municipalismo libertário”, um limite básico das experiências “participativas” do tipo *government-sponsored* não estaria, teoricamente, presente: o açambarcamento gradual da agenda e do calendário dos movimentos sociais pelo aparelho de Estado. Pelo contrário: os movimentos é que buscariam pautar o processo legislativo e definir as condições (os espaço-tempos) da formulação de políticas e propostas. Todavia, como melhor articular lugar e classe (sem contar outras clivagens, referentes a outros tipos de opressão, como machismo e racismo), de modo a potencializar a capacidade de enfrentamento, e não miná-la ou atenuá-la? Em um processo que, ao menos no seu início, seria basicamente pacífico, é necessário considerar muitos obstáculos. Ao admitir que, em um momento histórico em que o movimento operário enquanto tal praticamente desapareceu e os trabalhadores e suas organizações (dos sindicatos aos partidos de esquerda) se acham largamente comprometidos com a manutenção da ordem sócio-espacial vigente, ao mesmo tempo em que toda uma constelação de tipos de opressão (para além da exploração de classe, mas sem negá-la) clama pelo devido reconhecimento, Bookchin não somente ajudou a abrir novas portas e janelas, arejando o ambiente da reflexão política: ele também levantou, indiretamente, novos desafios. Em face disso, é forçoso constatar que as estratégias e táticas nem sempre foram formuladas por ele com o grau de detalhe de que se precisa para evitar certos tipos de crítica – ainda que jamais se trate, evidentemente, de querer antecipar a história viva, que se conhecerá ao ser feita, em um modelo teórico.

De um modo geral, a recepção do “municipalismo libertário” foi, entre os anarquistas, como era de se esperar e como foi já comentado, muito negativa. Impaciente, Bookchin permitiu-se, diante de uma tal reação, particularmente a partir de meados da década de 1990, desferir objeções ao anarquismo clássico que, cada vez mais, transbordaram para além de censuras pertinentes, expressas de modo geralmente sóbrio (como ainda era o caso nos anos 1980), para ataques indiferenciados, de quando em vez embalados por teses e leituras injustas e mesmo absurdas, às vezes alimentadas por desconhecimento ou estreiteza.¹⁹² Claramente, suas críticas ao anarquismo, cada vez menos balanceadas, soavam como as palavras de um homem velho e amargurado, que as circunstâncias foram tornando rabugento:

Na verdade, o anarquismo representa a formulação mais extrema da ideologia do liberalismo quanto à autonomia irrestrita, culminando em uma celebração dos atos heróicos de desafio ao Estado. Os mitos do anarquismo sobre autorregulação (*autós nómos*) – a afirmação radical do *indivíduo sobre ou mesmo contra a sociedade* e a *ausência personalista de responsabilidade pelo bem-estar coletivo* – levam a uma afirmação radical da vontade toda-poderosa, tão central nas peregrinações ideológicas de Nietzsche. (BOOKCHIN, 2007c, p. 91; grifado por Bookchin).¹⁹³

¹⁹² É o caso de seu repúdio ao termo “autonomia”, por ele restringido ao aspecto puramente individual, como mostra esta passagem do livro *From Urbanization to Cities*: “[p]or fim, o ‘indivíduo autônomo’, ao qual faltam todo e qualquer contexto comunitário, sistemas de apoio e as relações interpessoais orgânicas, é desacoplado do processo de construção da personalidade – a *paideia* – que os antigos atenienses atribuíam à política como uma de suas funções de ensino mais importantes” (“[f]inally, the ‘autonomous individual,’ lacking any community context, support systems, and organic intercourse, is disengaged from the character-building process – the *paideia* – that the ancient Athenians assigned to politics as one of its most important educational functions” [BOOKCHIN, 1995a, p. 227; 2002b]). Interessantemente, em seu livro *The Ecology of Freedom*, redigido entre o início dos anos 1970 e o começo da década seguinte, o termo *autonomy*, empregado abundantemente (BOOKCHIN, 2005, p. 137, 138, 205, 206, 207, 215, 231, 348, 349, 387, 391, 418, 434), possui um sentido essencialmente positivo, conforme atestado pela passagem em que ele ressalta que um “autonomous individual [...] is possible only in a free society” (BOOKCHIN, 2005, p. 137).

¹⁹³ Em inglês, no original: “In fact anarchism represents the most extreme formulation of liberalism’s ideology of unfettered autonomy, culminating in a celebration of heroic acts of defiance of the state. Anarchism’s mythos of self-regulation (*auto nomos*) – the radical assertion of the *individual over or even against society* and the *personalistic absence of responsibility for the collective welfare* – leads to a radical affirmation of the all-powerful

Tentando distanciar-se o máximo possível do anarquismo clássico e cada vez mais irritado com os ortodoxos e intolerantes seus coetâneos, Murray Bookchin terminou por romper todos os vínculos que o ligavam ao anarquismo em geral, exigindo que se entendesse o seu projeto “comunalista” como algo que ia além do anarquismo (e, nem é preciso dizer, também do marxismo, conquanto Bookchin jamais tenha negado a relevância de um diálogo teórico com o legado de Marx), em vez de ser compreendido como sendo somente uma variante ou atualização dele:

[...] Qualquer tentativa de reduzir o Comunalismo a uma mera variante do anarquismo seria negar a integridade de ambas as ideias – na verdade, equivaleria a ignorar seus conflitantes conceitos de democracia, organização, eleições, governo, e assim por diante. Gustave Lefrançais, o *communard* de Paris que pode ter cunhado esse termo político, inflexivelmente declarou que ele era “um comunalista, não um anarquista”. (BOOKCHIN, 2007c, p. 108).¹⁹⁴

will so central to Nietzsche’s ideological peregrinations”. Outros exemplos podem ser arrolados. Particularmente curioso é o fato de que ele chegou ao ponto de inverter análises feitas por ele mesmo anteriormente, em que criticara o anarcossindicalismo espanhol (e o anarcossindicalismo em geral) e elogiara o anarquismo mais radical, representado na Espanha revolucionária, sobretudo, pelo anarco-comunismo (com o qual ele durante muito tempo explicitamente se identificou). No final da vida, as virtudes do anarco-comunismo tinham virado, aos seus olhos, defeitos, enquanto o anarcossindicalismo era elevado a um plano muito superior: “[o] anarquismo tem sido muitas vezes confundido com o sindicalismo revolucionário, uma forma altamente *estruturada* e bem desenvolvida forma de sindicalismo libertário *de massas* que, ao contrário anarquismo, desde há muito se comprometeu com procedimentos democráticos, com a disciplina em ação e com a prática revolucionária de longo alcance e organizada para eliminar o capitalismo” (“[a]narchism has often been confused with revolutionary syndicalism, a highly *structured* and well-developed *mass* form of libertarian trade unionism that, unlike anarchism, was long committed to democratic procedures, to discipline in action, and to organized, long-range revolutionary practice to eliminate capitalism” [(BOOKCHIN, 2007c, p. 91)]; “[a]guns autoproclamados anarquistas até mesmo denunciaram a ação social de massas como algo fútil e alheio às suas preocupações particulares, e fizeram um fetiche daquilo que os anarquistas espanhóis chamaram de *grupismo*, um modo ação baseado em pequenos grupos que é altamente pessoal e mais do que social” (“[s]ome self-professed anarchists have even denounced mass social action as futile and alien to their private concerns and made a fetish of what the Spanish anarchists called *grupismo*, a small-group mode of action that is highly personal rather than social” [BOOKCHIN, 2007c, p. 91]).

¹⁹⁴ Em inglês, no original: “[...] Any attempt to reduce Communalism to a mere variant of anarchism would be to deny the integrity of both ideas – indeed, to ignore their con-

Murray Bookchin foi, sem a menor sombra de dúvida, para os demais libertários, muito particularmente para os anarquistas fortemente identificados com a tradição clássica, um “libertário incômodo”... Dono de um espírito inquieto, Bookchin era essencialmente avesso a dogmatismos, a despeito de expressar-se, com frequência, de modo contundente. Dão testemunho disso, e superlativamente, o fato de que, admirador de Kropotkin, ainda assim ele não se furtou a fazer uma ou outra pequena ressalva,¹⁹⁵ bem como o fato de que, quanto a Proudhon e Bakunin, ele lhes endereçou severas críticas.¹⁹⁶ Tendo sido um leitor de Marx na juventude e mesmo um

flicting concepts of democracy, organization, elections, government, and the like. Gustave Lefrançaís, the Paris Commune who may have coined this political term, adamantly declared that he was ‘a Communalist, not an anarchist.’”

¹⁹⁵ As ressalvas são ínfimas, em comparação com os elogios. Em Bookchin (1998, p. 113), ele exaltou *Fields, Factories and Workshops* como “um dos estudos mais perspicazes sobre o papel liberatório da moderna tecnologia que já emergiram do movimento anarquista” (“one of the most perceptive studies on the liberatory role of modern technology to emerge from the anarchist movement”); em outro lugar, ele fez notar que “[n]ós temos muito a aprender com a profunda análise ecoanarquista de Piotr Kropotkin” (“[w]e have much to learn from the profound eco-anarchistic analyses of Peter Kropotkin” [BOOKCHIN *et al.*, 1991, p. 59]); e em *The Ecology of Freedom*, ele alinhou a sua *social ecology* com a tradição da “ajuda mútua” preconizada por Kropotkin (BOOKCHIN, 2005, p. 30), além de elogiar a “visão anarquista altamente sofisticada de Kropotkin” (“Kropotkin’s highly sophisticated anarchist views” [BOOKCHIN, 2005, p. 201]). E, não obstante isso, em *The Ecology of Freedom*, ele discordou dos “argumentos protossociobiológicos” (“*proto-sociobiological arguments*”) do revolucionário russo (BOOKCHIN, 2005, p. 24), além de ponderar que “Kropotkin foi tão tecnologicamente determinista quanto Engels, muito embora ele tenha se redimido quanto a isso por sua ênfase sobre a ética” (“Kropotkin was often as much of a technological determinist as Engels, although he redeemed this stance by his emphasis on ethics” [BOOKCHIN, 2005, p. 422]).

¹⁹⁶ Sobre Proudhon, ele chegou mesmo a questionar a validade de considerar o pensador francês um autêntico anarquista: “embora o seu estilo seja vigoroso e, muitas vezes, estridente, o temperamento, os métodos e a ênfase de Proudhon nas relações contratuais dificilmente podem ser chamados de revolucionários, muito menos de anarquistas” (“[a]lthough his style is vigorous and often ringing, Proudhon’s temperament, methods, and his emphasis on contractual relations can hardly be called revolutionary, much less anarchistic” [BOOKCHIN, 1998, p. 19]). Quanto a Bakunin, a reprimenda se refere ao que Bookchin interpretou como uma contradição entre os princípios e as estratégias de ação do revolucionário russo: “A ‘Irmandade Internacional’ de Bakunin foi tratada com desdém como uma organização hierárquica e elitista, que está em flagrante contradição com os seus princípios libertários. Esta contradição, na minha opinião, é muito real. [...] O russo jamais solucionou o problema quanto à necessidade de pôr suas teorias e práticas organizacionais em completo acordo com os seus ideais sociais libertários” (“Bakunin’s ‘International Brotherhood’ has been dealt with derisively as a hierarchical, elitist orga-

militante trotskista, ele sempre guardou um profundo respeito intelectual e até mesmo político por Marx, a despeito das profundas divergências (ver, por exemplo, BOOKCHIN, 2010b). Embora tendo se afastado do marxismo precisamente devido ao estatismo (ideias como a da “tomada do poder” e a da construção de um “Estado socialista”), Bookchin, mesmo devendo ser considerado (e sendo considerado), a partir dos anos 1960 e 1970, um dos mais eminentes intelectuais libertários de todos os tempos, pioneiro no que se refere à plena incorporação da problemática ecológica do século XX à agenda libertária (no que, diga-se de passagem, ele no fundo desdobrou as preocupações e a abordagem de Reclus, embora a obra deste não pareça lhe ter sido familiar), acabou assumindo posições que, mesmo parcialmente compreensíveis e mesmo defensáveis, geraram grande desconforto em muita gente. Seu desejo de ir além da simples crítica irada e de distanciar-se da esterilidade e das deformações individualistas e excentricidades de um certo tipo de “*lifestyle anarchism*”, buscando saídas pragmáticas para os impasses de um “*period of reaction*” (ou, como Castoriadis chamou, de uma “*époque du conformisme généralisée*”), fê-lo bancar apostas arriscadas. No mesmo compasso em que avançava decisivamente em relação a certos escritos seus dos anos 1960, vigorosos na crítica ecológica mas um tanto frágeis em sua “urbanofobia” latente ou manifesta (posição superada por ele já nos anos 1970 e 1980), ele adotava e se batia por uma estratégia de valorização da luta institucional (incluída aí a utilização de eleições) para construir uma dualidade de poder, baseada na criação de canais e estruturas administrativos e legislativos locais paralelos, confederativamente interligados, tendo em vista o objetivo de facilitar a ampliação da margem de manobra para “*town meetings*” e outras institucionalidades capazes de colaborar maciçamente para uma espécie de *paideia* radical-democrática e para a construção de circuitos econômicos alternativos.

Até que ponto Bookchin terá feito as escolhas certas e desferido as críticas apropriadas? Ou teria ele, na prática, descrente e irritado com o dogmatismo e o sectarismo de grupelhos e indivíduos, deixado seu pragmatismo visceral conduzi-lo a uma estratégia que, no fundo, traz, entre outros

nization which stands in blatant contradiction to his libertarian principles. This contradiction in my view is very real. [...] The Russian never resolved the need to bring his organizational theories and practices into complete accord with his libertarian social ideals” [BOOKCHIN, 1998, p. 41]).

riscos (o de “cooptação estrutural”, para começar), o de permitir que a luta institucional lance uma certa sombra sobre a ação direta? Responder afirmativamente a esta segunda pergunta seria incorrer em uma injustiça, levando-se em conta as suas verdadeiras e explícitas intenções. Infelizmente, porém, ao mesmo tempo em que sua heterodoxia alçou elevados voos, sua consideração dos limites da estratégia por trás do “municipalismo libertário” e os seus “cuidados diplomáticos” ou esforços de persuasão parecem ter sido bem mais parcimoniosos do que deveriam ter sido. Isso concorreu e tem concorrido para que as reações de muitos anarquistas não só não permitissem que se criassem as condições em que pudesse ser discutida construtivamente a problemática da luta institucional (talvez para que se pudesse “superar dialeticamente” tanto os limites de Bookchin quanto o “purismo” passadista dos mais tradicionalistas), como também para que se engendrasse um ambiente desfavorável a uma ampla e justa apreciação da herança de Bookchin em toda a sua positividade e extensão. Ao desferir, em resposta, golpes em todas as direções e, por fim, pura e simplesmente renegar o anarquismo, preferindo a expressão “comunalismo”, Bookchin, que na verdade nunca deixou de ser um autêntico libertário, tampouco facilitou as coisas. Parece que, em seus últimos anos de vida, a ousadia (sempre um risco...), temperada por impaciência, teimosia e amargura, transmutou-se em irascibilidade, desembocando naquilo que os alemães chamam de *Rechthaberei* (= “pretender ter sempre razão”) e *Besserwisserei* (= “pretender sempre saber melhor que os outros”). Isso sem contar um certo quinhão de temeridade (em que os riscos e os limites de certas teses nem sempre foram bem avaliados, ainda que os pontos levantados fossem pertinentes), a rigor agasalhado por Bookchin talvez há muito mais tempo. A isso se acrescentou, amiúde, o molho da rabugice, com que os ingredientes de um temperamento forte passaram a ser crescentemente regados. Com efeito, por mais que, não raro (mas nem sempre), tivesse carradas de razão, Bookchin reagiu de modo não muito sensível e tolerante perante os jovens libertários do final do século XX e início do século XXI ou, ainda, perante intelectuais antiautoritários pouco convencionais e de difícil classificação, como Foucault. Como Janet Biehl, sua segunda companheira e grande colaboradora por duas décadas, deixa entrever em sua magnífica e nada imparcial biografia, a forma pouco diplomática e cortante de suas intervenções, tanto ou mais que o conteúdo de suas ideias, foi também responsável por muito da animosidade e má-vontade que o cercaram e ator-

mentaram a partir dos anos 1980 e, principalmente, 1990 (BIEHL, 2015). Anteriormente, Damian White, em seu estudo sobre a obra (com muitas informações também sobre a vida) de Bookchin (WHITE, 2008), havia já ressaltado os aspectos problemáticos da personalidade de nosso autor. Seja lá como for, nada disso deveria obscurecer o legado de Murray Bookchin, naquilo que ele tem de pioneirismo, lucidez, agudeza e arrojo. Enfim, de grandeza.

De toda sorte, o “municipalismo libertário” está longe de constituir a única fonte de mal-entendidos e desavenças a propósito da vasta e complexa obra de Bookchin. Mesmo um crítico como Damian White, profundo conhecedor dessa obra, não esteve imune a simplificações, olhares condescendentes e até mesmo flagrantes equívocos, talvez bastante sintomáticos. Por exemplo – talvez ligeiramente influenciado por suas impressões acerca da personalidade difícil do autor –, quando, confortável com seu olhar assumidamente pragmático e reformista, se incomoda um pouco com o comprometimento radical e revolucionário de Bookchin (WHITE, 2008, p. 14); ou, então, quando enfileira, ao lado de Bookchin, Colin Ward e Castoriadis, também Henri Lefebvre como um autor “libertário de esquerda” (“*left-libertarian*”), ilusão de ótica típica de nossos dias (WHITE, 2008, p. 5). Dificilmente um projeto político-social como o bookchiniano deixaria de merecer ressalvas por parte de um comentarista para o qual talvez seja possível alcançar um tipo de “capitalismo verde” (“*green capitalism*”) que, em vez de simplesmente reproduzir as relações de dominação e as formas de injustiça ambiental do presente, abra possibilidades para “futuros socioecológicos bem diferentes, para ‘produções da natureza’ socialmente e ambientalmente mais justas” (“rather different socio-ecological futures, for more socially and environmentally just ‘productions of nature’” [WHITE, 2008, p. 98]). Igualmente interessante e, por assim dizer, instrutiva é a sua objeção de que a insistência de Bookchin quanto à necessidade de superação do projeto iluminista de “dominação da natureza” teria um quê de anacrônica, uma vez que, como autores neomarxistas e social-construtivistas sublinharam (e aqui White se refere, além de Lefebvre, sobretudo a geógrafos anglo-saxônicos), o que importa é perceber a “*produção da natureza*” (WHITE, 2008, p. 10, 32, 52 e segs.), cuidando para, ao mesmo tempo, não pressupor uma exagerada e idílica “harmonia” nas relações de sociedades pré-capitalistas e mesmo tribais com o seu meio ambiente (WHITE, 2008, p. 45-6). Ora: como se a compreensão de que se deve evitar

qualquer “ecorromantismo” a propósito daquilo que Bookchin chamava de “sociedades orgânicas” (e, quanto a esse tipo de objeção, White tem uma certa razão: de fato, Bookchin simplificou as coisas um pouco além da conta, especialmente em *The Ecology of Freedom*, como adiantei na nota 146), assim como se a compreensão de que, crescentemente, a humanidade submete os processos e dinâmicas naturogênicos a graus incrivelmente sofisticados de manipulação material (sem contar a sofisticada produção *discursiva* sobre a “natureza” e a sua “proteção” ou “salvaguarda”, com sérias implicações ideológicas), eliminassem a problemática do produtivismo e do (como diria Castoriadis) imaginário de uma “expansão ilimitada da dominação racional” – um fardo do qual os herdeiros de Marx têm imensa dificuldade em se livrar!

Mesmo tendo o seu campo de visão severamente restringido por levar em consideração meramente a produção em língua inglesa, Damian White tem razão ao apontar a escassez de diálogo com Bookchin. Nem sempre as possíveis razões que ele indica são explicações suficientes ou definitivas, mas é inegável que a recepção de Bookchin tem sido, quantitativa e qualitativamente, insatisfatória. O próprio White, todavia, parece simplificar em demasia quando sugere, de um modo que lhe parece perfeitamente equilibrado, a conveniência de se atualizar Bookchin, em vez de apenas descartá-lo. Dizer isso é dizer muito pouco. Por mais que não seja o caso, obviamente, de fecharmos os olhos à necessidade de encarar o legado intelectual de Murray Bookchin como um produto histórico-cultural, por conseguinte sempre passível de revisões, reinterpretações, complementações e, no limite, ultrapassagem, a mim parece que muito daquilo que Bookchin nos deixou ainda está à espera de ser melhor aproveitado. Seja para recontextualizá-lo, seja para “corrigi-lo”, seja para desenvolver um pouco mais alguns de seus numerosos e preciosos *insights*, vale muito a pena continuar caminhando na companhia de Murray Bookchin – pensando tantas coisas com ele e graças a ele, mesmo que, aqui e ali, dele divergindo, ou dele se afastando. Esse é, aliás, o único tributo condizente com um autor que, além de independente, soube superar a si próprio em mais de uma ocasião.